

Povo Livre

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA • Director: Duarte Lima

Nova era nas relações luso-angolanas

Governo atribui importância determinante às relações de Portugal com Angola

«O Governo português atribui importância determinante às relações com Angola» — afirmou o Primeiro-Ministro num almoço oferecido em honra do Presidente de Angola.

Cavaco Silva salientou que a visita de Eduardo dos Santos foi «Ocasão propícia para um impulso decisivo nas relações de cooperação que ambos desejamos, já que significa uma vontade política de estreitar os laços que nos unem e de confiança naquelas relações».

Pela parte portuguesa, disse o Primeiro-Ministro, «Queremos relações de cooperação cujo modelo seja simultaneamente aceite por ambas as partes, traga benefícios mútuos aos dois países e contribua para o progresso dos nossos povos».

Cavaco Silva recordou que já o anterior Governo, também da sua responsabilidade, «colocou as relações com Angola no plano inequívoco das relações entre Estados», uma das muitas razões pelas quais pensa «estar definitivamente encerrada a fase em que alguma polémica e certa conflitualidade pareciam pautar as nossas relações».

A seguir transcrevemos, na íntegra, o discurso do Primeiro-Ministro:

(continua na pág. 2)



A visita do Presidente de Angola foi interpretada pelo Primeiro-Ministro Cavaco Silva, como «ocasião propícia para um impulso decisivo nas relações de cooperação» entre os dois países

Karl Popper elogia Cavaco Silva

O filósofo Karl Popper defendeu numa conferência em Lisboa o sistema bipartidário contra o de representação proporcional, tendo evidenciado a impressão que lhe causou o «espírito de responsabilidade» evidenciado pelo Primeiro-Ministro, Cavaco Silva, ao afirmar que só voltaria ao Governo com um Governo de maioria.

(pág. 2)

EDITORIAL

A recente visita a Portugal do Presidente da República Popular de Angola marcou seguramente uma nova era no relacionamento entre os dois Estados, num momento em que se pode afirmar estarem ultrapassadas as sequelas decorrentes do complexo e perturbado processo de descolonização.

O Governo do Professor Cavaco Silva demonstrou, durante esta visita, que também na delicada área das relações diplomáticas — em particular na cooperação com os países africanos de língua oficial portuguesa — tem uma política coerente, norteada pelo realismo e sem preconceitos ideológicos que se não coadunam com o estado actual das relações internacionais.

O Primeiro Ministro português deixou evidente que não tem posições dúbias no que se refere ao relacionamento com os países africanos de língua oficial portuguesa. Demarcou com clareza que as relações diplomáticas se processam de Estado a Estado, o que leva também implícita a consideração que não nos intrometemos nas questões internas dos outros povos — como não admitimos que se intrometam nas nossas.

Sabemos que Angola não é, para muitos portugueses, um país qualquer. Conhecemos a complexa

bateria argumentativa dos que discutem o que se passa em Angola.

Porém, a um Governo, a qualquer Governo, não compete, na área das relações diplomáticas, definir com rigor qual a «razão histórica» predominante. Os Governos actuam na base da «razão política», que é uma realidade conceptual substancialmente diferente, e esta modela-se na atinência aos interesses concretos e específicos com que cada povo se debate num determinado momento. Como bem disse Freeman, «a História é a política passada, e a política é a História presente».

Com esta visita e com as consequências que por certo lhe seguirão, Cavaco Silva retoma, na cooperação com os países africanos de expressão oficial portuguesa, o fio condutor da política realista de Francisco Sá Carneiro, no princípio da década.

É uma política de longo alcance, e não norteada por considerações meramente imediatistas. Mesmo no plano dos princípios, uma atitude de grande abertura e cooperação dos países do Ocidente com os países da zona tradicionalmente denominada de «Terceiro Mundo», independentemente do tipo de regime político, tem notáveis defensores. Messner, na sua obra «A Questão Social», explicou lucida-

mente que esses povos, a que Toynbee chamou, na sua história universal das culturas, o «proletariado exterior» representariam umas das esperanças decisivas do regime soviético no seu anseio de consolidação do sistema comunista à escala planetária. E que perante isto, os países do Ocidente não podiam ficar apenas na situação de cruzar os braços e prosseguir na teia emaranhada do debate ideológico, por mais pertinente que este fosse. O objectivo a seguir não deverá oferecer dúvidas: demonstrar-lhes mediante a elevação do seu nível de vida, a transição do Ocidente, de um «imperialismo explorador» para um «imperialismo social».

Esta é também uma forma de conquistar esses povos para os valores cardeais do mundo ocidental, para além do aproveitamento bilateral de oportunidades reais e vantajosas.

Aguardamos, com esperança, os resultados em que esta visita se traduzirá para os dois povos, ligados por séculos de história e cultura comuns e que têm, neste momento, uma oportunidade privilegiada de reforçar laços de amizade para os quais o futuro abre perspectivas promissoras.

Duarte Lima

Visita de José Eduardo dos Santos

Continuação da 1.ª página

«A visita oficial que Vossa Excelência ontem iniciou a Portugal assume especial significado para portugueses e para angolanos e creio que reveste particular importância para os Governos dos dois países.

Vossa Excelência é o primeiro Presidente da República Popular de Angola a visitar Portugal e, por felicidade do calendário, o primeiro chefe de Estado que recebo neste Palácio da Vila de Sintra desde a posse do Governo que resultou da clara opção do povo português nas eleições de 19 de Julho passado.

Angola e Portugal partilham uma história comum, que une os dois povos desde há cinco séculos. Foram diversos os ciclos que atravessámos juntos mas que nunca puseram em causa a identidade de cada um dos povos. Os destinos dos nossos dois países assumiram rumos próprios quando, restabelecendo o regime democrático em Portugal, encontraram a justa expressão política os sentimentos dos que, em Angola, lutavam pela independência.

Partilhamos também, senhor Presidente, a mesma língua, que é não apenas um veículo próprio das nossas culturas, mas ainda um reflexo dessa vivência comum, um eixo de aproximação das duas nações e um poderoso factor de progresso e de projecção dos interesses que nos unem.

O Governo português atribui importância determinante às relações com Angola. Disse há dias, ao apresentar o programa do Governo no Parlamento, que as nossas «relações com África, e sobretudo o estreitamento dessas relações com os países de Língua oficial portuguesa, são para o Governo uma clara prioridade da acção externa».

O meu anterior Governo colocou as relações com Angola no plano inequívoco das relações entre Estados. É este o plano correcto e adequado aos superiores interesses dos nossos dois países e dele não nos

afastaremos, como tive a oportunidade de, recentemente reafirmar perante a Assembleia da República. O meu Governo respeita as instituições políticas vigentes, mantém diálogo exclusivo com o Governo estabelecido e procura benefícios mútuos na área da cooperação.

Clarificar

Creio estarem reunidas as condições objectivas para um vasto campo de cooperação entre Portugal e Angola.

Portugal iniciou um ciclo de estabilidade política e de progresso económico e social, vindo acrescida a sua credibilidade externa e mais promissora a adesão às Comunidades Europeias concretizada em 1 de Janeiro de 1986, e cujos reflexos positivos estão já presentes no quotidiano dos portugueses.

Acompanhamos com vivo interesse as posições realistas e pragmáticas assumidas por Vossa Excelência, no plano interno e externo, de que me permito destacar, pelo seu alto significado, o «programa de saneamento económico-financeiro» recentemente divulgado, cujo alcance e projecção nos parecem reflectir uma consciência renovada e auspiciosa.

Importaria agora clarificar o quadro da cooperação, adequar e otimizar os meios que ambos os países já empenham no processo e que poderão ser acrescidos no futuro.

Pela nossa parte, queremos relações de cooperação cujo modelo seja simultaneamente aceite por ambas as partes, traga benefícios mútuos aos dois países e contribua para o progresso dos nossos povos.

Penso estar definitivamente encerrada a fase em que alguma polémica e certa conflitualidade pareciam pautar as nossas relações. Não é esse o interesse português, e sei não ser esse também o desejo de Angola. Aliás, evidentes sinais desta nova era foram já visíveis, claramente visíveis

para quem os quiz entender, no decurso da última sessão da Comissão Mista Luso-Angolana, cujos resultados em múltiplos domínios perspectivam uma relação renovada e uma cooperação crescente.

Tenho para mim, senhor Presidente, a convicção de que a rentabilidade, em termos de desenvolvimento e bem-estar, da cooperação com Portugal será para Angola mais elevada, se objectivamente comparada com

dade e o nosso empenho, na convicção de que encontraremos por parte de Angola, a mesma disponibilidade e o mesmo empenho.

Cultura

Permita-me destacar a componente cultural da nossa cooperação, já que penso haver especial significado no aprofundamento e na plena afirmação do património cultural que

ciámos este ano em Portugal a celebração das nossas navegações de há cinco séculos. Celebramos o encontro entre culturas e povos diferentes, o contributo para o avanço científico e técnico da humanidade, as perspectivas abertas à economia e ao comércio internacionais.

Ao contrário de outros, não temos uma visão eurocêntrica da história. Nós, portugueses, sabemos que em África, antes mesmo do contacto com a cultura europeia, tinham expressão marcante culturas e civilizações próprias. Mas é inquestionável que a grande aventura de quinhentos, precursora da era moderna, deu um contributo decisivo para o encontro e interpenetração de culturas, para a concretização de progressos benéficos para toda a humanidade. É neste espírito de universalismo, de abertura e respeito por todos os povos e civilizações por elas aproximados que queremos celebrar as navegações portuguesas. E, como presidente africano, estou seguro que Vossa Excelência compreende a vantagem do encontro entre continentes e culturas, que a relação entre os nossos dois países traduz e simboliza.

África Austral

O meu Governo acompanha com interesse, mas também com preocupação, a evolução da situação na África Austral. Portugal considera ter especiais responsabilidades históricas na região, onde vivem centenas de milhares de portugueses.

Sabemos que não há, na África Austral, situações homogêneas, e que há factores exógenos que condicionam a natureza persistente das tensões. Portugal não tem uma percepção estática da situação na região e por isso procuramos avaliar correctamente as incidências políticas das mudanças registadas.

O Governo português sempre expressou a sua capacidade e disponibilidade de diálogo, desde que a sua

participação seja solicitada pelos governos constituídos. E pensamos que importa, primordialmente, abolir o sistema de apartheid, grave violação de um dos mais elementares direitos do homem, reduzir as interferências externas e diminuir o nível de tensão e conflitualidade na África Austral. Só assim se tornará possível a plena expressão de todos os povos da região, o desenvolvimento e a modernização de todos os países, a redução do sofrimento das populações.

Tais são, Senhor Presidente, as linhas mestras da política externa do meu Governo.

Consideramos importante que o povo da Namíbia possa escolher livremente o seu futuro político e exercer o seu direito à auto-determinação no quadro da solução adoptada pelas Nações Unidas. Seria um contributo decisivo para a reconciliação nacional e a paz em Angola, que Portugal fortemente deseja e apoia. Por isso, condenamos ingerências, venham de onde vierem, no processo de livre expressão do povo da Namíbia.

É decisivo para Angola, e por isso importante para Portugal, o estabelecimento da paz. Vossa Excelência sabe, senhor Presidente, que encontrará sempre a disponibilidade e o empenho do Governo português para a procura de soluções que conduzam ao termo da presente situação de conflito, ao processo de desenvolvimento, à prosperidade do povo angolano. Favorecemos os contactos e as negociações em curso com outros países, que podem permitir uma aproximação de posições pela demonstração de flexibilidade negociadora e pela procura comum de objectivos que conduzam a uma progressiva redução do conflito interno e das tensões externas.

Só deste modo se poderão viabilizar soluções de paz, cujo êxito dependerá sempre da evolução dos múltiplos factores que con-

Continua na página 3



Cavaco Silva, José Eduardo dos Santos e Mário Soares foram unânimes em considerar que uma nova fase foi aberta nas relações luso-angolanas

a de outros modelos de cooperação de igual grandeza. Em primeiro lugar, porque o idioma que nos une é um enorme benefício. Depois, pelo carácter dos nossos povos, que os aproxima, e pela História, que nos proporcionou um conhecimento mútuo. Finalmente, porque os vectores que devem reter as prioridades de desenvolvimento de Angola nos domínios económico, social, cultural, científico, são afinal aqueles para os quais Portugal dispõe de quadros, experiência e tecnologia adequadas.

A visita de Vossa Excelência a Portugal é ocasião propícia para um impulso decisivo nas relações de cooperação que ambos desejamos, já que significa uma vontade política de estreitar os laços que nos unem e de fortalecer a confiança naquelas relações. Queria assegurar-lhe, neste campo, a nossa disponibili-

nos é comum, cujo principal vector é afinal o idioma em que nos expressamos.

Partilhamos a língua portuguesa com mais quatro países africanos e com o Brasil. Idioma comum a mais de 150 milhões de pessoas e quinta língua do mundo, o português projecta nas nossas relações uma forte componente aglutinadora e é expressão de um conjunto mais vasto do que as fronteiras geográficas ou o posicionamento político ou económico dos nossos países. Mesmo quando assume naturais variantes ou pronúncias diferentes, é ainda o idioma de cada um dos nossos povos.

É assim natural que seja veículo indispensável e primordial nas relações entre os nossos dois países e que imprima um dinamismo próprio à cooperação desejável.

Com o mesmo espírito virado para o futuro, ini-

Karl Popper defendeu o sistema bipartidário

O filósofo Karl Popper defendeu o sistema bipartidário contra o de representação proporcional (aquele que vigora em Portugal), considerando que este agrava «deliberadamente a escravidão dos nossos representantes à máquina do partido e às ideologias do partido».

Popper fez esta afirmação em Lisboa durante uma conferência integrada no ciclo «Balanço do Século» ao explicar os defeitos do sistema de eleição proporcional dos deputa-

dos. «Sob a representação proporcional o candidato procura a eleição unicamente como representante do partido. E se for realmente eleito ele sê-lo-á principalmente, se não unicamente, porque é o representante do partido. (...) Não pode portanto nunca ser seu dever votar contra o partido», disse.

Nesta perspectiva acrescentou Popper que no caso de conflito de consciência o representante deve demitir-se, pois o «sistema sob o qual foi eleito retira-lhe res-

ponsabilidade pessoal e faz dele mais uma máquina de voto do que uma pessoa que pensa e sente».

Para o filósofo britânico, é errado pensar que aumento dos partidos no sistema proporcional significa mais escolha, mais oportunidades, menos rigidez, além de uma «maior distribuição da influência e do poder».

E tal relação entre o sistema proporcional e a existência de muitos partidos determina na prática a existência de governos de coligação e com ele, na maior parte das vezes, uma «influência desproporcionadamente grande para alguns partidos pequenos». Popper descobre aí uma distorção ao sistema e uma decadência de responsabilidade: primeiro porque numa coligação «existe uma responsabilidade reduzida de todos os parceiros»; em segundo, porque o «povo, que é espectador dos governos que saem e entram, e que dificilmente pode avaliar as dificuldades que têm, já nem espera que haja alguém responsável».

Assim sendo, prosseguiu, «ninguém encara o dia das eleições como o dia do julgamento: como um dia em que um governo responsável presta contas dos seus feitos e omissões, dos sucessos e fracassos, e uma oposição responsável critica essa actuação e explica que passos deveria o Governo ter dado e porquê». Em vez disso, sublinhou, o «dia das eleições num sistema multipartidário tende a tornar-se num dia de promessas ou, pior, num dia de subornos; de promessas que podem ter sido esque-

cidas antes da eleição seguinte e que poucos realmente levam a sério».

Apesar do exemplo português e da impressão que lhe causou o «espírito de responsabilidade» evidenciado pelo primeiro-ministro, Cavaco Silva, ao afirmar que só voltaria ao Governo com um Governo de maioria, Popper manteve a sua tese de que o sistema proporcional torna pouco provável um Governo de maioria e de que o sistema bipartidário é mais flexível «do que aqueles em que existem vários partidos».

Visita de José Eduardo dos Santos

Diálogo Portugal-Angola é político e cultural

«Ao receber Vossa Excelência, Senhor Presidente, queremos publicamente expressar a nossa mais alta consideração pelo Estadista e Primeiro Magistrado da grande Nação Angolana. Nação imensa, não só porque se estende pelo enorme território que vai de Cabinda e do Zaire ao Cunene e do Atlântico ao Cuando, mas também pelas suas riquezas e pela importância que detém no concerto das Nações. Nação a que nos ligam — nós portugueses — os laços mais fraternos.

Na pessoa de Vossa Excelência, queremos igualmente saudar o povo angolano, ao qual nos unem matrizes históricas comuns, que nos determinam uma procura constante em tornar mais exemplares, mais fortes e mais fraternos os elos que ligam Angola e Portugal. Elos que estão inscritos na memória colectiva de um e de outro Povo.

(...) O diálogo entre Estados é sobretudo um diálogo político. Mas no caso dos nossos Países é também um diálogo cultural. Um e outro diálogo não são antagónicos, pelo contrário, complementares. É que não há política que gane em não ter em conta o

perfil cultural do Povo, em se arredar do modo de estar e de sentir dos cidadãos. Diálogo cultural, que é também de Desenvolvimento, pois que hoje, mais do que nunca, já ninguém discute seriamente a sua dimensão cultural.

(...) A Língua comum alarga o campo da expressão do pensamento e das formas de estar na vida a mais de 200 milhões de habitantes. Em resultado disso, torna-se possível o florescimento de actividades culturais, que doutro modo teriam dificuldades extremas sem se afirmarem num espaço mais estreito. Referimo-nos, por exemplo, às indústrias culturais: ao livro, ao cinema e às manifestações audiovisuais. Estas últimas revestem-se, nos tempos modernos, de uma importância fundamental, por se terem tornado o veículo impar do conhecimento dos Povos. Espaço multicontinental, que também permite a difusão e o melhor conhecimento, em cada um dos países de língua comum, do que se passa nos restantes e, por essa via, melhor se alastra a todo o campo internacional.

É hoje preocupação de todos os países o desequilí-



Vitor Crespo manifestou, também, a certeza de que a visita de José Eduardo dos Santos contribuirá para o reforço da cooperação económica entre Angola e Portugal

brio de informação que se verifica entre as várias partes do Globo, o que tem especial incidência e acuidade nas questões relativas ao diálogo Norte-Sul.

É uma situação que urge remediar, pelas consequências negativas que provoca

o desconhecimento das realidades. Desconhecimento que infunde preconceitos e traumas que impedem o aprofundamento da compreensão entre os povos. Combater os défices e a distorção é também contribuir para a eliminação das tensões internacionais.

Estas realidades estiveram bem presentes na reflexão do após-guerra. Para construir as condições para que se não repetissem as confrontações sangrentas entre nações, criaram-se instituições de carácter internacional, no âmbito das Nações Unidas. E no acto constitutivo de uma das suas Agências, aquela mesma que se dedica aos problemas da cultura e do ensino, afirmou-se que a guerra nasce no espírito dos homens. Para a esconjurá-la, impõe-se que saibamos conhecer as suas culturas, o que nos levará a respeitá-las e a aprender a reconhecer o princípio fundamental da sua igual dignidade.

Nesse campo, há imensas coisas a fazer. Há uma abundância de colaboração a desenvolver. Por exemplo: criar o vocabulário científico e técnico que promova a independência tecnológica e o enriquecimento do conhecimento e da prática das ciências, técnicas e tecnológicas. Referimos este caso particular na medida em que o Desenvolvimento está indissociavelmente ligado ao recurso às tecnologias mais recentes, ainda que elas tenham de ser aplicadas de forma a

coadunarem-se às condições próprias de cada país.

O ensino do português, as metodologias do ensino das ciências, o desenvolvimento das tecnologias, o aprofundamento das formas de comunicação social são alguns dos campos onde a língua comum pode promover fáceis e frutuosas áreas de cooperação, marcadas pelo interesse mútuo e pelo respeito de cada Estado.

É neste contexto e na compreensão do que importa retirar da história, que melhor se entenderão as palavras de Aristides Van-Dunen:

(...) A visita oficial de Vossa Excelência a Portugal vai certamente contribuir para o reforço da cooperação económica e cultural entre Angola e Portugal.

Esperamos que esta cerimónia possa ter contribuído para tão nobre objectivo.

As palavras que lhe dirigiu, Senhor Presidente Eduardo dos Santos, em nome da Câmara, significam uma saudação pessoal, a vontade de reforçar os laços que nos unem e o desejo de um futuro melhor e mais próspero para o Povo Angolano.»

Relações luso-angolanas

Continuação da página 2

dicionam a especificidade da região.

Gostaria de manifestar o apreço do meu Governo, senhor Presidente, pelo esforço e determinação pessoal de Vossa Excelência na procura das referidas soluções de paz. Chefe de Estado responsável e realista, Vossa Excelência alia o pragmatismo à coragem que são apanágio dos grandes líderes africanos. Não tenho dúvida de que a solução a encontrar será, acima de tudo, uma solução nacional, no quadro específico dos interesses nacionais de Angola.

Voto de esperança

Coincidem noutros pontos as razões que enformam as políticas externas dos nossos dois governos. Na própria África Austral, é claro o nosso apoio ao presidente Chissano, na reconstrução e no cimentar da nação moçambicana, alvo de acções de desestabilização militar que contri-

buem para o agravar dos conflitos na região. Partilhámos ainda o firme desejo de uma solução para a questão de Timor, que permita a expressão da vontade da população e a preservação da sua identidade.

No contexto das comunidades europeias, e tendo Angola subscrito a Convenção de Lomé, abrem-se novas perspectivas de colaboração no quadro das relações entre a CEE e os ACP, já que Portugal será sempre intérprete atento e empenhado da especificidade angolana junto dos seus parceiros comunitários.

Também na prossecução do diálogo Norte-Sul, na questão cimeira do desarmamento, na redifinição dos termos do comércio internacional e do problema das dívidas externas se cruzam as preocupações dos nossos governos.

Importa reconhecer com realismo e sem preconceitos, que em múltiplos domínios se abre um vasto campo onde poderemos aprofundar consultas a ní-

vel político por forma a melhor defendermos os interesses dos nossos dois países e a contribuirmos para o desenvolvimento harmonioso das relações entre a África e a Europa e para atenuar o fosso entre países ricos e em vias de desenvolvimento.

São novas as perspectivas que abre a visita oficial de Vossa Excelência a Portugal, como alteração qualitativa que marcará as relações entre os nossos dois países.

Sempre pensei que compete em primeiro lugar aos governantes estabelecer um nível de relacionamento político entre os seus países que permita criar condições para a expressão, na sua plenitude, dos agentes económicos, empresariais, culturais e científicos e que daí resultarão benefícios mútuos agressivos.

A visita de Vossa Excelência é, para o meu Governo, a demonstração inequívoca de que está também aí a vontade do Governo angolano.

É assim com um voto de esperança e com a reafir-

mação do meu empenho pessoal, que peço a todos que se juntem a mim e a minha mulher num brinde pela saúde e pelas venturas do senhor Presidente José Eduardo dos Santos, pela amizade entre os povos de Angola e Portugal, pela nossa história e pela nossa língua comum, enfim por Angola e por Portugal».

Nova era nas relações bilaterais

Ao terminar a sua deslocação ao nosso País, o Presidente angolano salientou que o clima de grande compreensão verificado ao longo da visita «é bem característico do novo momento das relações entre Angola e Portugal».

José Eduardo dos Santos confirmou por outro lado, que Angola está a preparar «medidas de carácter organizativo, administrativo, económico e financeiro, no sentido de criar um quadro que permita a agentes económicos portugueses e an-

golanos uma base mais profícua de trabalho».

Já antes, em sessão solene realizada na Assembleia da República, o Presidente angolano manifestara a esperança de que «Portugal possa vir a ser o parceiro privilegiado no processo de reestruturação económica» de Angola.

«Estamos em vias de abrir uma nova era entre a RPA e a República portuguesa», disse Eduardo dos Santos, para quem, no processo, «papel importante está reservado aos empresários de ambos os países».

No decorrer da visita de José Eduardo dos Santos a Portugal foram assinados vários acordos de cooperação, nomeadamente nos domínios da educação, do desporto e da recuperação

económica, da ciência e da técnica.

Solidariedade

A presença do Presidente de Angola no nosso País foi considerada, pelo Chefe do Estado português, como «sinal evidente do início de uma nova fase» nas relações entre os dois países.

Mário Soares salientou que as diferenças de posição não obstam a que «se desenvolva entre nós uma solidariedade efectiva e uma ampla cooperação em domínios concretos e de interesse mútuo».

O Chefe do Estado disse ter a esperança de que a visita de Eduardo dos Santos «ficará a constituir um marco importante no caminho de uma verdadeira e real solidariedade».

LEIA E DIVULGUE
POVO LIVRE

Comunicado do Conselho de Ministros

Novo sistema de Crédito à Habitação

O Governo acaba de reajustar o escalonamento das prestações que os novos beneficiários de empréstimos para habitação terão de pagar ao longo da vida do empréstimo.

Contrariamente ao que se chegou a afirmar, nomeadamente alguns partidos da oposição, embora timidamente, «esse reajusta-

mento foi efectuado sem qualquer agravamento das taxas de juro». Tal como sublinha o Conselho de Ministros, «o custo do crédito não subiu nem baixou.»

A explicação do Governo é, aliás, simples:

«As prestações mensais foram redistribuídas para

melhor se ajustarem aos orçamentos familiares diminuindo as dos últimos 15 anos da vida do empréstimo as quais, pelos seus valores, desincentivaram algumas famílias do recurso ao crédito para a habitação. As prestações relativas aos 10 primeiros anos sofrem, em consequência e

apenas por isso um ligeiro aumento.

«Este novo escalonamento só foi possível pela baixa da inflação e pelo aumento do poder de compra dos salários ocorridos nos últimos tempos.

«Atendendo a que a inflação vai baixando, será possível ir diminuindo as

taxas de juro do crédito à habitação.

«Por isso, a compra de casa própria é previsível que se torne cada vez menos onerosa, em conformidade com a política que o Governo vem desenvolvendo para este sector.»

Na sua última reunião, da passada quinta-feira, o

Conselho de Ministros decidiu aprovar o Estatuto da Imprensa Regional e criar a Área de Paisagem Protegida do Litoral de Espo-sende.

Foi igualmente decidido acelerar o processo de expropriação dos terrenos necessários à construção do novo Estabelecimento Prisional do Funchal.

Manuel Moreira

Secretário-Geral Adjunto

para as Autarquias

Manuel Maria Moreira é, desde a semana passada, secretário-geral adjunto para as Autarquias. Foi nomeado para o cargo pela Comissão Política Nacional.

Deputado desde 1979, Manuel Moreira fez parte de diversas comissões parlamentares e é membro da direcção do grupo parlamentar do PSD.

É militante honorário da JSD e do Conselho Directivo da ANASD.



Faleceu

Albano Nogueira

O «Povo Livre» apresenta sentidas condolências ao companheiro Fernando Nogueira pelo falecimento de seu pai Albano Nogueira.

Mealhada

Faleceu o militante Manuel da Costa Pereira

Acometido por fulminante ataque cardíaco faleceu na Mealhada, em 17 de Setembro, o querido companheiro Manuel da Costa Pereira, com 53 anos de idade.

Já aposentado, grande parte do seu dia-a-dia, por vocação, prazer e convicção, era dedicado a assuntos político-partidários e sociais, à crescente implantação do Partido no concelho, e a atender, indiscriminadamente, quantos dele se abeiravam a solicitar ajuda para a resolução dos mais variados problemas, tornando-se, por isso, e pelo

dinamismo e poder de comunicação, uma figura muito popular, conhecida e admirada, que faz imensa falta ao concelho e ao Partido.

Desempenhou, além de outros, os cargos de Vereador da Câmara e de membro do Conselho Municipal e era, actualmente, vogal da Comissão Política Concelhia.

Animoso lutador pela grandeza do nosso Partido, o trabalho e entusiasmo que desenvolvia diariamente permanecem exemplo para todos os nossos militantes.

Investimento continua a crescer Desemprego desce para 8,5%

A síntese mensal de conjuntura do Banco de Portugal, referente a Setembro, confirma a manutenção do elevado dinamismo tanto do consumo privado como do investimento, apontando, aliás, neste capítulo,

para uma dinâmica acrescida da componente construção.

Os indicadores da situação do mercado de trabalho evoluem positivamente, ainda de acordo com o Banco Central, denotando

os efeitos da animação da actividade económica. A taxa de desemprego continuou a cair, atingindo, em Setembro, o nível mais baixo (8,5 por cento) registado desde 1983.

No primeiro semestre a balança de transacções correntes registou um saldo global praticamente nulo e o investimento estrangeiro registou um significativo aumento.

Figueiredo Lopes

O desenvolvimento rural e os problemas do meio ambiente

Quem, como eu, tem o privilégio de participar pela primeira vez na Assembleia Paritária ACP-CEE, não pode deixar de se sentir particularmente motivado pela problemática suscitada no Relatório do Sr. Sene acerca do desenvolvimento rural e os problemas do meio ambiente.

Quando sabemos que, por detrás das ideias, dos projectos e dos programas tão claramente expostos pelo Sr. Relator, estão situações dramáticas de populações que ainda vivem com carências alimentares — situação que a Comunidade Europeia e todas as Nações ricas do Mundo têm o dever de ajudar a resolver — temos de reconhecer que aqui está uma oportunidade e um tempo adequado para dar corpo aos fundamentos e ao espírito que presidiram à assinatura da Convenção de Lomé.

A cooperação no sector agrícola e rural, isto é, na agricultura, na pastorícia, nas pescas, na sivilicultura é um dos capítulos para mim dos mais importantes da 3ª Convenção ACP-CEE.

Porque, como, está assinalado na exposição de motivos, o que está em causa são as questões da

própria segurança alimentar, é o desenvolvimento de projectos e programas que visem garantir às populações rurais um melhor nível de vida e que, em alguns casos lamentáveis, permitam erradicar a fome que flagela algumas regiões ACP, populações que, para além da falta de alimentos, se vêem a braços com níveis elevadíssimos de crescimento demográfico.

Senhor Presidente, Tudo isto constitui a substância, o conteúdo e os objectivos mais nobres da cooperação.

A cooperação regional, no seu sentido mais correcto, cooperação compreendida não como somatório de contributos mas como um processo multiplicador e potenciador dos valores geopolíticos e estratégicos, dos valores da boa vizinhança, da coesão e da solidariedade e da ajuda mútua entre os povos — a cooperação regional, dizia, encontra nestes domínios excelentes oportunidades de concretização.

Daí que sublinhemos e apoiemos as propostas apresentadas pelo Relator, designadamente, as que se referem ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária, ao apoio à organização

da iniciativa privada e dos pequenos agricultores, à exploração e gestão racional dos recursos naturais, à concessão de meios financeiros mais elevados para a reconversão económica e o desenvolvimento da África, nos termos preconizados pelo Programa de Acção das Nações Unidas para 1986/90. Finalmente uma referência especial às áreas da investigação científica e à formação.

Trata-se de domínios de cooperação que devem ser privilegiados, no sentido de promover o desenvolvimento rural e a preservação do meio ambiente.

Como esta manhã referiu o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação, em nome do Governo Português, Portugal com a sua tradição histórica de entendimento e diálogo com vários povos, regiões e culturas, goza de uma situação muito especial que o torna mais apto para contribuir para o enriquecimento e o fortalecimento das acções de cooperação e do diálogo CEE/ACP.

Temos entre nós dos melhores especialistas, por exemplo, no combate às doenças específicas da fauna e da flora tropical.

As nossas Universidades desenvolvem projectos de investigação e desenvolvimento tecnológico com interesse para as regiões ACP. Por exemplo, na Universidade Católica do Porto, está em curso um importante projecto de investigação no domínio da biotecnologia e dos recursos alimentares.

Estou certo de que o Governo Português e os investigadores portugueses terão todo o interesse em associar a estes projectos, que, por seu lado, já beneficiam das ajudas comunitárias, técnicos e investigadores africanos dispostos a neles participarem e a promoverem a sua aplicação nas regiões mais carenciadas.

Finalmente recomendaríamos mais esforço na formação dos agricultores e no apoio às suas organizações.

É que, se é certo que os programas de ajuda alimentar que vários Estados tão generosamente têm vindo a levar a cabo são modos de apoio de elevado sentido social e humanitário e de solidariedade internacional, não deixa de ser também verdade que para estes povos em vez de se lhes dar o peixe melhor seria ensiná-los a pescar.

JOVEM reformista

ÓRGÃO OFICIAL DA JUVENTUDE SOCIAL DEMOCRÁTICA

editorial

OUTONAL

*O Outono é isto
Apodrecer de um fruto
entre folhas esquecido.
Água escorrendo
quem sabe donde,
ocasional e fria
e sem sentido*

EUGÉNIO ANDRADE

Para nascer de novo é preciso primeiro morrer. O processo de reencontro connosco próprios realiza-se não no acto do renascimento, mas na morte. Morte que é relexão interior, meditação e solidão.

A atitude de diálogo interior é sempre necessária, embora indispensável quando somos os únicos, senão corremos o risco inútil e fatídico da intolerância — sinal de medo.

Lembrei-me agora de uma lenda, que ouvi contar há muito pouco: Ia um beduíno em pleno deserto quando encontrou a morte, que lhe diz ir à cidade matar cinco mil pessoas. O beduíno indigna-se e diz-lhe que apenas mate aqueles cinco mil.

Passado tempo, já no regresso da cidade, a morte e o beduíno encontram-se, de novo, no deserto e este diz-lhe:

- Afinal não mataste cinco mil, mas cinquenta mil.
- Matei apenas cinco mil pessoas — responde-lhe a morte. Matei de acordo com o combinado.
- Mas e os outros quarenta e cinco mil?
- Esses quarenta e cinco mil de que falas morreram de medo — disse a morte prosseguindo o seu caminho.

PEDRO GOMES

**Lê
e divulga**

JOVEM reformista

MADEIRA

II ENCONTRO DOS ESTUDANTES SOCIAIS DEMOCRATAS

Reuniu no passado dia 5 de Outubro, no Funchal, o II Encontro dos Estudantes Sociais Democratas, órgão máximo da estrutura estudantil da JSD da Madeira, com a seguinte ordem de trabalhos:

- Alteração aos Estatutos.
- Relatório de actividades do Centro Coordenador.
- Exposições dos Núcleos Estudantis.
- Moções.
- Votação.
- Aprovação das Conclusões.
- Encerramento.

No Encontro, participaram cerca de centena e meia de estudantes oriundos de todos os Núcleos sociais democratas da região autónoma da Madeira, que perante os Secretários Regionais da Educação, Turismo e Cultura e Assuntos Sociais apresentaram problemas concretos das suas escolas.

Do encontro resultou um conjunto de conclusões, das quais nos permitimos destacar: O segundo encontro dos Estudantes Sociais Democratas, assume o projecto das associações de estudantes, como um processo a liderar na região, criadas que estão todas as condições para isso e atendendo à importação do associativismo como elemento de intervenção na vida das escolas. Propósito a expressar no princípio: uma escola uma associação.

As associações de estudantes deverão orientar-se por um princípio de participação que não se condicione apenas a uma mera gestão orgânica e pontual, incidindo também na política de ensino e no âmbito pedagógico.

Esta determinação de empenho e liderança do processo de associativismo estudantil fomenta-se no facto de ter sido no espaço estudantil que a JSD, ganhou grande parte do seu dinamismo inicial, tendo exercido nas escolas uma acção preponderante e consequente, nomeadamente nos últimos anos, através

JOVEM REFORMISTA

ANO V • N.º 335 • 7 DE SETEMBRO DE 1987

COORDENADOR
PEDRO GOMES

COORDENADORES-ADJUNTOS
MANUEL DUARTE
PAULO GUEDES DA SILVA

SUPLEMENTO AO «POVO LIVRE» AO N.º 677

NESTA EDIÇÃO

- II ENCONTRO DOS ESTUDANTES SOCIAIS DEMOCRATAS
- CONVOCATÓRIAS

- O II Encontro reafirma vontade de liderança do movimento associativo na Madeira
- Proclamação do princípio de uma única Associação de Estudantes por escola

dro Gomes; Anabela Gonçalves.

Secretários — Isabel Gomes; Isabel Cristina Pereira.

Contro Coordenador

Pres. — Ilídio Rodrigues.
V-presidentes — Helena Rodrigues, Miguel Gonçalves, Rui Mendonça e Rubina Oliveira.



dos núcleos de estudantes sociais democratas.

Foi aprovada uma moção, propondo a criação da disciplina de educação sexual ou a inserção desta matéria noutra disciplina curricular, entendendo-se que se justifica informar os jovens nesta matéria sem complexos ou inibições.

Foi aprovada também, uma moção que propõe a criação de um gabinete de informação, ao qual tenham acesso todos os jovens na linha do que existe já a nível Europeu.

Esse gabinete a criar pelas estruturas governamentais deverá ser apetrechado do maior número de informações nomeadamente; Educação, Saúde e Trabalho.

O II encontro dos Estudantes Sociais democratas, congratula-se por mais uma vez, nesta região autónoma o novo ano escolar ter começado a 1 de Outubro, em todas as escolas e graus de ensino, entendendo que esta data deve ficar consagrada por ser a que melhor serve a população escolar da Região.

Durante os trabalhos foram eleitos os titulares da Mesa do Encontro e do Centro Coordenador, este último o órgão executivo da estrutura estudantil madeirense, os quais ficaram assim compostos:

Mesa do encontro

Presidente — Raquelino Ornelas.
Vice-presidentes — Pe-

Secretárias — Fátima Cardoso; Estela do Carmo Fernandes.

Vogais — Luís Filipe Amaral Mota, Miguel Andrade Rodrigues, Susana Jasmim e Nélio Neves.

Na sessão de encerramento estiveram presentes como convidados o secretário regional da Educação, Brazão de Castro, o Presidente da CPR da Madxeira, João Carlos Cunha e Silva, o Coordenador da Área de Juventude do IPSD, Manuel Duarte, o Director do «Jovem Reformista», Pedro Gomes, tendo presidido o Presidente do Governo Regional em exercício, Bazenga Marques.

(Continua na página 7)

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

BRAGANÇA

Comissão Política Distrital da JSD

Presidente — Vítor Raposo.
Vice-presidentes — Ana Santos, Delfim Pereira, Jorge Magalhães.

Secretária — Cristina Gomes.
Vogais — Francisco Pinto, Raúl Silva, Ângela Lourenço, Francisco Martins, Armindo Rodrigues, Eduardo Coelho, Maria Silva, Camilo Parente.

Mesa do Conselho Distrital

Presidente — Francisco Gaspar.
Vice-presidente — Manuel Rocha.
Secretário — Fernando Pires.

Conselho de Jurisdição Distrital

Presidente — Maria Sauane.
Vogais — Carlos Saavedra, Rui Rocha, Carlos Moura, António Figueira.

Delegados da JSA à Assembleia Distrital de Lisboa

Vítor Raposo, Francisco Gaspar, Ana Olinda dos Santos, Delfim Pereira, Raúl Silva, Ângela Lourenço, Francisco Martins, Cristina Gomes, Armindo Rodrigues, Vítor Costa, Eduardo Coelho, Maria Silva, Manuel Rocha, Norberto Pereira, Jorge Caldeira, Bárbara Silva, Rui Rocha, Maria Pires, Carlos Saavedra, João Marques, Sérgio Santos, José Manuel, Alberto Silva, Artur Garcia, Manuel China Carvalho, Vítor Marques, António Maia, Jorge Magalhães, António Figueira e Natividade.

Durante o Conselho Distrital foi apresentada uma moção de apoio ao companheiro Duarte Lima na sua candidatura a presidente da Comissão Política Distrital do PSD - Bragança.

Vítor Raposo apresentou uma moção de repúdio pela instalação em Aldeavilla de um depósito de resíduos radioactivos.

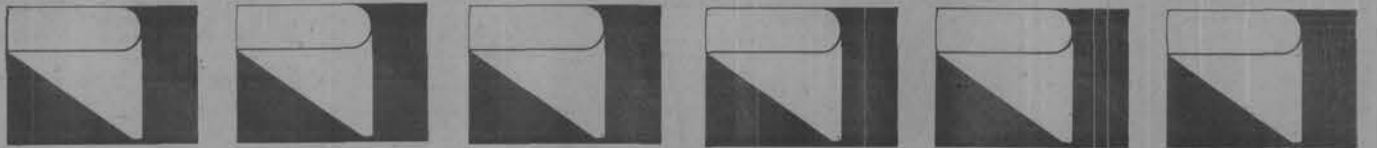
TOMAR

O Plenário de Secção da JSD de Tomar, realizado no dia 18 de Setembro de 1987, elegeu a Comissão Política de Secção assim constituída:

Presidente — João Manuel Gomes.
1.º Vice-presidente — Júlio Figueiredo.
2.º Vice-presidente — João Costa Rosa.
Secretária — Inês Confraria.
Vogais — Graça Costa Rosa, Nelson Assis, Luís Miguel Cotrim.



Nota: A obra pode ser adquirida na sede nacional da JSD



destaque

SEIXAL COMUNICADO

Estimados Amigos e Companheiros,

A Mesa do Plenário de Secção do Seixal da JSD, tendo convocado 2 (dois) Plenários de Secção, sendo um Extraordinário e o outro Ordinário, para os dias 25 de Setembro (Ordinário) e 2 de Outubro (Extraordinário) do corrente ano, vem por esta forma comunicar que:

1 — Havendo impossibilidade por parte da Comissão Política de Secção da JSD do Seixal, para se realizar o Plenário do dia 25/SET.,
2 — Atendendo que naquele mesmo dia se vai realizar uma Sessão da Assembleia Municipal do Seixal,

3 — Por solicitação da CPS/PSD-Seixal, dado terem em vista um compromisso para o dia 2/OUT na sede concelhia,

Deliberando a Mesa que:

1 — Por razões de ordem cautelosa e previsíveis são ADIADOS os referidos Plenários para as datas a seguir mencionadas:

Plenário Secção — Extraordinário — 3 de Outubro de 1987.

Plenário Secção — Ordinário — 9 de Outubro de 1987.

2 — As respectivas Ordens de Trabalhos serão afixadas.

Paivas, 21 de Setembro de 1987.

P'la Mesa do Plenário
O Presidente
António Duro

CONVOCATÓRIAS

SEIXAL

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais da JSD, convocam-se os militantes da Secção do Seixal da JSD para um Plenário de Secção Ordinário a realizar no dia 9 (nove) de Outubro de 1987, pelas 21 horas na sede concelhia, sita em Correr D'Água, Fogueteiro, Seixal, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Seixal Social Democrata — SSD — Jornal.
- 3 — Comissão Política de Secção
 - 3.1 — Remodelação da C.P.S./JSD.
 - 3.2 — Apresentação do Balancete.
 - 3.3 — Relatório de Actividades/Plano de Actividades 87/88.
- 4 — Análise da Situação Político-Partidária.

Nota: Se na hora indicada não estiverem presentes o número de militantes suficientes para funcionar o Plenário, o mesmo iniciar-se-á 30 (trinta) minutos após a hora marcada com qualquer número de presenças.

P'la Mesa do Plenário
O Presidente,
António Duro

S. FÉLIX DA MARINHA

Ao abrigo dos Estatutos Nacionais, vem por este meio a Comissão Política da J.S.D., de S. Félix da Marinha, convocar o Plenário de Núcleo da JSD deste Núcleo, a realizar no dia 10 de Outubro de 1987, pelas 21.30 m, com a seguinte:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações e apresentação do Relatório de Actividades e de Contas.
- 2 — Eleição da Nova Comissão Política de Núcleo da JSD.

Nota: As litas devem ser entregues com 48 horas de antecedência na sede de Núcleo.

Sem mais de momento subscrevemo-nos com as habituais Saudações Sociais Democráticas.

Pela Comissão Política da JSD
Floriano Alves da Silva Duarte

MOSCAVIDE

Ao abrigo dos estatutos nacionais da JSD convoco a Assembleia Concelhia de Moscavide da JSD para se reunir em secção ordinária dia 17 de Outubro de 1987 a realizar na secção Moscavide pelas 21 horas com a seguinte ordem de trabalhos:

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informação.
- 2 — Eleição da Mesa de Assembleia da Comissão Política e conselheiros distritais.

P'la Mesa D'Assembleia
O Presidente
Jorge M. L. Antunes

VISEU

Ao abrigo do art. 63.º - alínea f) dos Estatutos Nacionais da JSD, convoco o Plenário da Secção de Viseu, para uma reunião a realizar no dia 16 de Outubro (sexta-feira), pelas 21 horas, na sede concelhia, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleições.
 - 2.1 — Da C.P.S.
 - 2.2 — Delegados ao Conselho Distrital.

O Presidente da CPD/JSD
José Lapa Pessoa Paiva

CESD — PORTO

Tendo em vista a formação da Comissão do Ensino Secundário Distrital (CESD) do Porto vimos divulgar o timing previsto para a sua reactivação:

- 1 — Reunião com os responsáveis do sector das secções do Porto, 7 de Outubro (21.30 na sede distrital).
- 2 — Reunião idêntica com as secções do interior (Amarante, Baião, Lousada, Paredes, Penafiel, Marco, S. Tirso, P. Ferreira), 10 de Outubro (16.00 em Penafiel).
- 3 — Reunião em Vila do Conde com as secções de Vila do Conde e Póvoa de Varzim, 13 de Outubro (21.30).
- 4 — Reunião de criação da CESD — Porto, 17 de Outubro (15.30 na sede Distrital).

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações.
- 2 — Eleição dos Órgãos da CESD.
- 3 — Preparação do ano lectivo 1987/1988.

Obs. Às secções de Matosinhos, Valongo e Gondomar deixamos ao seu critério a qual das reuniões lhes dá mais jeito estarem presentes.

Pel'CESD
Isabel Pereira Leite



destaque

II ENCONTRO DE ESTUDANTES MADEIRENSES

Continuação da página 5

GABINETE DE INFORMAÇÃO

Na vida, as pessoas precisam de criar oportunidades para desenvolver os seus potenciais.

Existe uma necessidade comum de se gente, de ser mais, de fazer melhor.

Nada disto se consegue sem esforço e muito menos sem um conjunto de informações necessárias a todo e a qualquer indivíduo.

Um simples olhar à nossa volta faz-nos aperceber da realidade: os jovens caminham quase às «escuras» e muitos deles acabam confundidos e perdidos.

Falta-lhes a todos apoio, a claridade necessária ao seu caminhar que só lhes poderá ser concedida através de uma informação precisa e correcta.

Analisando superficialmente a relação família/jovem, verificamos imediatamente que a pressa com que se vive o dia-a-dia e a azáfama do quotidiano não permite ao jovem dialogar frequentemente com os seus familiares que o poderiam elucidar sobre alguns assuntos. Por outro lado existem ainda aqueles assuntos, sobre os quais essas pessoas não estão minimamente preparadas para esclarecer o que quer que seja; isto para não mencionar aquilo que não se esclarece quer por vergonha, medo ou mesmo interesses ou conveniências.

A nível de estabelecimentos de ensino a falta de informação continua a fazer-se sentir, quer seja sobre uma sé-

Melhor e mais informação para a juventude madeirense nas áreas da educação, trabalho e saúde através de um gabinete próprio

rie de documentos necessários a diversas formalidades, quer seja sobre a própria vida da escola, sobre diversos cursos e possibilidades de escolha, que mais cedo ou mais tarde acabarão por se reflectir com boas ou más consequências.

Se seguirmos mais à frente, verificamos a mesma lacuna no campo do trabalho. Muitas profissões se desconhecem e muitas fazem imensa falta, mas ninguém arrisca, ninguém investe, porque ninguém conhece. Então, o que nos resta? Infelizmente, o que sucede é que seguimos adiante com as mesmas limitações, carências e os mesmos pesos a vencer.

Um outro sector profundamente afectado com este problema será o da Saúde. Sobre ele além de informações incorrectas recai todo um conjunto de ideias falsas e preconceitos que se transmitira de geração em geração e de que só a muito custo nos conseguimos libertar.

Muitos jovens continuam a ignorar determinados conhecimentos, normas e medidas, que por vezes se nos apresentam como os únicos meios ao nosso dispor de evitar os mais variados problemas e porque não dizer, em alguns casos, até tragédias.

E enquanto a maior parte das pessoas continua de braços cruzados a ver passar a vida, as informações continuarão a faltar ou então a surgir completamente deturpadas. Essas mesmas pessoas, que num futuro próximo acusarão a juventude de irresponsáveis, à medida que arguem problemas das mais variadas ordens, esquecem-se que o futuro se constrói dia-a-dia e que colheremos amanhã os frutos que hoje plantamos, porque embora inconscientemente permitiram que muito daquilo que desaprovam acontecesse.

É por tudo isto e porque não queremos fazer parte desse grupo que se limita a ver passar a vida, que nos preocupamos com aquilo que nos rodeia e é também por isso que tentamos por todos os meios contribuir para encontrar soluções práticas e possíveis de aplicar.

Nesta linha de ideias, propomos então a criação de um Gabinete de Informação, ao qual tenham acesso todos os jovens; gabinete esse, que deverá possuir os meios necessários para o esclarecimento de quaisquer dúvidas sobre temas como a Educação, o Trabalho e a Saúde, bem como prestará todo o apoio possível no aprofundamento (quando desejado) das mais variadas respostas.

Por outro lado será o maior e o melhor modo de combater a falta de informação com que todos os dias os jovens se deparam. Será por assim dizer, uma tentativa para fazer com que os jovens deixem de estar às «escuras».

AS MOÇÕES

EDUCAÇÃO SEXUAL

A Juventude é a etapa de construção por excelência; construção do caminho que conduzirá a um futuro, que a largos passos se aproxima.

A Educação funciona como uma parte indispensável do desenrolar de todo este processo, existindo mesmo uma relação directa entre Futuro e Educação. A prova de que o desenvolvimento educativo de um povo condiciona a sua prosperidade material, cultural e humana está no facto de que são os países mais desenvolvidos os que mais investem na educação.

Desejo de rápida implementação de uma cadeira de educação sexual nas escolas secundárias insusceptível de avaliação

Ela constitui um direito de cada ser humano, sendo um facto de desenvolvimento dos povos e de realização dos cidadãos. Reflecte-se na necessidade do Estado assegurar a cada um a mesma igualdade de oportunidades à partida.

E se é certo que a Educação é um processo contínuo que se prolonga durante a vida, é inegável que é na frequência escolar, e portanto no sistema de ensino, que ela adquire a sua feição mais concreta.

Mais do que ensinar a ler e escrever a escola surge nos dias de hoje como a melhor forma de preparar os jovens para a sua inserção na sociedade.

Infelizmente apresenta ainda algumas lacunas que urgem ser compensadas.



Parece incrível que PORTUGAL SEJA O ÚNICO PAÍS DA COMUNIDADE EUROPEIA QUE NÃO TENHA EDUCAÇÃO SEXUAL NA ESCOLA.

Em fins do século XX é inadmissível verificar ainda do surgir de risos nervosos e de faces que coram quando se fala em sexo; é impensável que sexo ainda seja encarado como Tabú para muitos.

É fundamental que o jovem tenha uma sã e honesta educação sexual de forma a que o conhecimento lhe não venha tarde e por forma empírica o que geralmente arasta consequências desastrosas.

Em primeira instância deve competir à família como veículo fundamental de Educação, a abordagem do problema e o seu enquadramento ético e social.

O facto de admitirmos a impreparação e mesmo um certo constrangimento da maioria dos pais em falar sobre o assunto e a necessidade desta formação para o crescimento harmonioso da criança e do jovem obriga-nos a considerar a função imprescindível e complementadora da escola.

A educação sexual deveria começar na escola primária com o ensino do aparelho reprodutor na mesma altura em que se ensina os aparelhos digestivo e respiratório. Esta fase deveria ser tão cedo quanto possível de maneira a que o sexo seja encarado naturalmente e não como algo meramente físico e fértil em «anedotas».

Este tipo de educação deveria permitir o aprofundamento de conhecimentos já adquiridos, a explicação do funcionamento orgânico e o esclarecimento de quaisquer dúvidas que o assunto pudesse vir a suscitar.

De fundamental importância é, porém, que os agentes educativos estejam suficientemente formados, para que estas normas que nos parecem elementarmente preventivas não se venham a tornar contraproducentes.

Por tudo o que já aqui foi referido e por muitas outras razões facilmente observáveis no dia a dia, achamos necessária a introdução de uma nova disciplina não susceptível de classificação, que seria precisamente a disciplina de Educação Sexual, ou a inserção dessa matéria numa outra disciplina. Deste modo tentaríamos diminuir todo um cortejo de situações que se repetem sucessivamente e cujas consequências são simplesmente indesejáveis.

ASSOCIAÇÕES DE ESTUDANTES

O primeiro espaço conquistado pela JSD foi o estudantil. Nas escolas a sua acção foi preponderante e consequente.

Sabemos que a acção das Associações de Estudantes foi interrompida por falta de enquadramento legal, o que de certa forma estagnou o movimento estudantil. No entanto, a JSD não se manteve à margem da população estudantil. Assim, de há uns anos a esta parte, surgem diversos núcleos estudantis, espalhados por várias escolas da região, abrangendo as áreas de ensino secundário, médio e superior.

Vontade firme de liderar o processo de criação das AE's na Madeira, defendendo o princípio de uma única AE por escola

A aprovação de legislação recente vem, de certa forma, dinamizar a população estudantil, assim o relançamento das Associações de Estudantes deverá propagar-se a todas as escolas. É esta a nossa vontade e para tal estamos preparados. Por outro lado, sabemos que o reaparecimento das Associações de Estudantes trará à massa estudantil uma dinâmica diferente e benéfica.

O Movimento Associativo Estudantil, deverá manter a sua autonomia face às forças partidárias sociais ou religiosas, não devendo nenhuma concepção limitar o carácter reivindicativo das Associações de Estudantes.

O campo de acção das Associações de Estudantes não poderá cingir-se tão somente a uma mera gestão orgânica e pontual, a sua acção deverá também incidir sobre os mais variados aspectos, nomeadamente no campo pedagógico e da política de ensino.

O sistema deficiente de ensino em Portugal, onde é bem patente a indefinição em relação à política seguida na área da educação, tem reflexos enormes na população estudantil intima de situações que não compreende. Esta grande lacuna leva a que as Associações de Estudantes procurem defender os verdadeiros interesses dos discentes, motivando o aluno a participar na vida da escola.

Fazer o aluno participar na vida da escola será uma tarefa importante da Associação, a par poderia divergir para as áreas da cultura e do desporto. Todavia, nunca uma Associação de Estudantes deverá ocupar-se de aspectos cuja responsabilidade e competência seja do Estado, nomeadamente na área do apoio social.

A participação na vida da escola é importante, porque para nós a escola não é somente um local de absorção de conhecimentos e de aquisição de diplomas. A escola tem também outra função, a de preparar o jovem para a vida, como cidadão e como ser social; esta função ganha grande importância no sector do ensino secundário, uma vez que é nesta fase que o jovem procura a afirmação do seu carácter e da sua personalidade.

A estrutura estudantil da JSD manifesta-se a favor da unidade estudantil dentro da escola, daí que na nossa posição esteja bem patente o princípio «uma escola, uma Associação»; assim achamos no que toca à capacidade do estudante trabalhador se associar autonomamente. O Projecto de Lei sobre o enquadramento legal das Associações de Estudantes deverá ser revisto, uma vez que choca com o princípio acima referido.

Por fim a estrutura da JSD assumirá o projecto das Associações de Estudantes com todo o seu potencial e irá dinamizar e liderar o mesmo na Região; sob a perspectiva social democrata irá defender os interesses de toda a população estudantil na Madeira.

Debate do Programa do XI Governo Constitucional

Álvaro Barreto

O Governo vai rever as leis da Reforma Agrária, dos Arrendamentos Rural e Florestal, do Emparcelamento Rural e dos Baldios

Durante a próxima legislatura manter-se-á a ideia de que todo o desenvolvimento da nossa agricultura terá que ter por enquadramento fundamental as linhas orientadoras da Política Agrícola Comum (PAC).

Várias vezes oiço dizer que a nossa política agrícola se subordina excessivamente às orientações comunitárias. Quem faz estas afirmações desconhece completamente a legislação e as regras comunitárias. É porque, na Comunidade Económica Europeia, a única política verdadeira comunitária é a política agrícola; quer isto dizer que as decisões tomadas em Bruxelas, nos mais variados sectores, quer seja a nível de preços, da qualidade dos produtos ou dos investimentos e infra-estruturas, se sobrepõem à legislação nacional dos diversos países membros. Portanto, é evidente que teremos de ter sempre como quadro de referências a Política Agrícola Comum.

Aí, terá de assumir um papel particularmente importante o acompanhamento das negociações efectuadas em Bruxelas, no sentido de, a todo o momento, não serem esquecidas as características da nossa agricultura, tão diferentes das características dos outros países da Comunidade e de garantir, de certa maneira, que as decisões tomadas não irão prejudicar o progresso da nossa agricultura.

Foi isso que fizemos no passado, é isso que continuaremos a fazer no futuro.

Durante a próxima legislatura verificar-se-ão dois factos de transcendente importância para a nossa agricultura. Em primeiro lugar refiro que nos finais de 1990 termina a primeira etapa do período de transição para o sector agrícola. Isto quer dizer que sectores tão importantes como é o dos cereais, do leite e das carnes, que durante os primeiros cinco anos beneficiam de uma protecção acrescida, terão, em fins de 1991, de ser sujeitos a uma maior concorrência, a uma maior abertura. Daí, o tempo ser escasso — faltam pouco mais de três anos — para que continuemos o trabalho já iniciado de modernização e preparação desses sectores.

Mas, em simultâneo com este, também acontecerá outro facto ainda mais importante: a revisão da PAC, que já está em curso.

Como sabem, a Comunidade debate-se com problemas que se inserem basicamente na existência de produtos excedentários e na excessiva absorção pela PAC de recursos financeiros, prejudicando, por causa dos excessivos dinheiros canalizados para a agricultura, outros sectores, como acontece com o desenvolvimento regional, a investigação científica, etc.

Já se iniciou essa reforma, que tende a limitar a produção de certos sectores. Ora, isso é exactamente aquilo que o nosso país não pode aceitar. Daí, a importância que damos, em Bruxelas, à defesa das nossas posições, chamando, com bastante persistência, a atenção para o facto de os problemas de Portugal e da agricultura do Sul da Europa serem diferentes dos problemas com que se confrontam os países do Norte da Europa.

Por isso, é fundamental

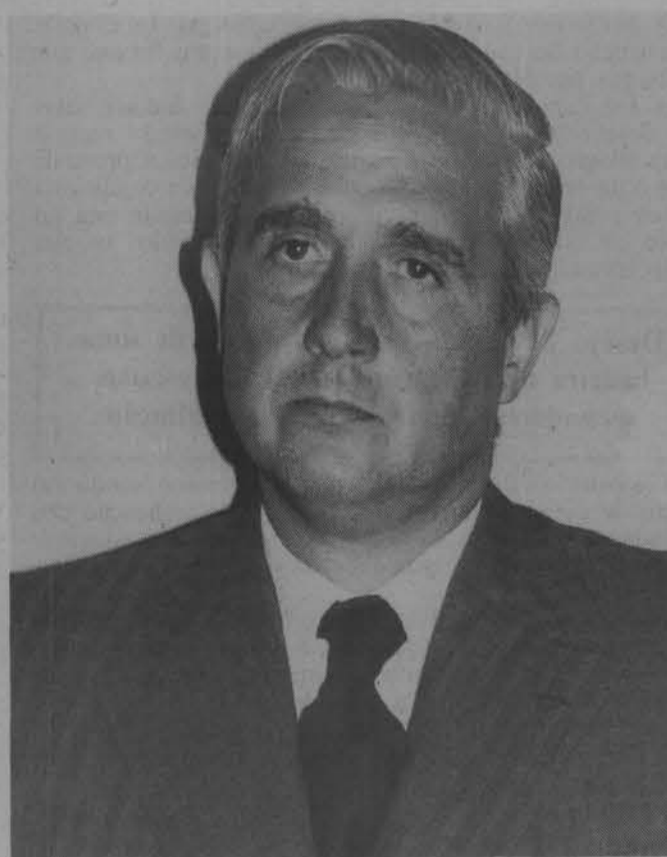
Continuará a ser feita a total liberalização do mercado de cereais, uma vez que já este ano estão no mercado concorrencial, sem intervenção administrativa, 40% das importações de cereais.

a nossa presença, para nos assegurarmos — como tem sido conseguido até agora — de que essas medidas não vão prejudicar a agricultura portuguesa.

No Programa do actual Governo diz-se, uma vez mais, que o Governo considera a agricultura um sector de alta prioridade, como, aliás, o anterior também já considerava.

Já foi dito nesta Câmara — e não posso deixar de concordar com tal afirmação — que sem uma verdadeira modernização da agricultura portuguesa não é possível desenvolver o País com bases sólidas. Enquanto se mantiverem certas debilidades e desigualdades nas estruturas fundiárias e produtividades baixas, é evidente que não poderemos olhar com optimismo o futuro da agricultura.

Daí, ser muito o trabalho à nossa frente e serem mui-



tas as dificuldades com que nos vamos confrontar neste sector.

Analisando agora um pouco mais as diversas po-

conta, não só a política macroeconómica do Governo, fixando taxas médias de inflação, como também, e simultaneamente, fixando o custo dos factores de produção, ajustando-os de maneira a que os aumentos dos preços sejam levados em linha de conta.

Passando agora ao sector garantia ou sector de intervenção, gostaria de referir que é um sector para o qual a Comunidade continua a contribuir com fluxos financeiros bastante importantes. Assim, em 1985, houve uma transferência de cerca de 4,7 milhões de contos para o Tesouro português destinado a intervenções e em 1986 esse valor sobe para valores da ordem dos 25 milhões de contos, ou seja, é seis vezes superior aos valores pagos em 1985, enquanto a previsão para o próximo ano é de cerca de 35 milhões de contos. Estes números mostram bem a importância deste sector e a atenção que temos de ter para podermos canalizar para o sector agrícola nacional estas verbas, que permitem fazer as intervenções quando certos produtos surgem a preços mais baixos do que os que são sustentáveis para garantir o rendimento dos agricultores.

No que diz respeito ao comércio externo de produ-

tos agrícolas, o Governo anterior fez a transformação de toda a legislação, que tinha décadas de existência e enfermarva de uma forte intervenção administrativa, pois era o Estado que, caso a caso, decidia quais os produtos que deviam ser importados. Havia uma intervenção burocrática que, de certa maneira,

trativa, 40% das importações de cereais.

A este propósito, e porque ouço dizer muitas vezes que a agricultura se mantém numa estagnação completa, gostaria de apresentar alguns valores que contrariam frontalmente essas afirmações.

No que diz respeito ao mercado de cereais, nos

Ainda recentemente o Boletim do Instituto Nacional de Estatística indicava que a produção de cereais aumentou em Portugal, no ano passado, cerca de 60% em relação à média do decénio anterior.

lançava toda uma incógnita sobre o funcionamento desse sector.

O Governo anterior alterou essa legislação, adaptando-a às regras comunitárias, mas tendo sempre em linha de conta a defesa dos interesses nacionais. É com satisfação que, após um ano e meio de aplicação dessa legislação, verificamos não terem surgido grandes perturbações no mercado nacional em virtude da liberalização do comércio externo.

Houve, é certo, algumas perturbações em alguns sectores — como aconteceu no sector dos ovinos —, mas, a tempo e horas, conseguimos intervir e sustar essa entrada de carnes, que vinha prejudicando a produção nacional.

Também aí continuaremos a trabalhar activamente e a fazer com que certos mecanismos postos a funcionar no passado funcionem melhor.

Por outro lado, há problemas no pagamento dos direitos niveladores e nas restituições à exportação.

Sabemos que a articulação entre os diversos departamentos governamentais não funcionou como gostaríamos que tivesse funcionado. Nesse aspecto, há que aperfeiçoar a máquina do Estado e modernizá-la, no sentido de a tornar mais eficiente. Iremos fazê-lo com bastante vigor!

Também durante este período continuará a ser feita a total liberalização do mercado de cereais, uma vez que já este ano estão no mercado concorrencial sem intervenção adminis-

anos 80, Portugal importava por ano cerca de 4 milhões de toneladas de cereais (mais precisamente 3,8 milhões de toneladas), das quais 2,6 milhões eram milho. Em 1986 importámos 1,7 milhões de toneladas, ou seja, baixou-se de 3,8 milhões para 1,7 milhões. Sei bem que a estes 1,7 milhões há a acrescentar produtos substitutos de cereais como *corn*, «glúten», *feed* e mandioca, mas mesmo adicionando estes produtos encontramos um valor de 2,2 milhões de toneladas, ou seja, verificou-se um abaixamento nas importações de 3,8 para 2,2 milhões de toneladas, portanto, de quase metade do consumo existente na década de 80.

Isto representa uma alteração estrutural; infelizmente, não representa um aumento tão grande como nós gostaríamos da produção de cereais do nosso país. Mas, também aí, os progressos são evidentes, pois em 1980 e 81 produzimos entre 1 milhão e 1,1 milhões de toneladas de cereais, enquanto em 1986 produzimos 1 milhão, quinhentos e cinquenta mil toneladas e em 1987 iremos para perto de 1 milhão e setecentos mil toneladas.

Ainda recentemente o Boletim do Instituto Nacional de Estatística indicava que a produção de cereais aumentou em Portugal, no ano passado, cerca de 60% em relação à média do decénio anterior.

Trata-se de alterações profundas, que estão em curso e que irão ser prosse-

Debate do Programa do XI Governo Constitucional

Há razões para estarmos satisfeitos com a evolução da agricultura portuguesa

Continuação da página 8

guidas com o Programa do nosso Governo.

Mas também na balança comercial dos produtos agrícolas assim irá acontecer! Ouvimos ontem fazer aqui uma apreciação altamente negativa dessa situação, mas, se virmos hoje os valores da balança comercial dos produtos agro-florestais, verificamos que em 1984 houve um «défice» de 60 milhões de contos, que em 1985 o «défice» foi de 30 milhões de contos e que em 1986 tivemos um *superavit* de 1 milhão de contos.

Pela primeira vez, a balança comercial dos produtos da agricultura e da silvicultura apresenta um balanço positivo.

E não se venha falar no «santo dólar», porque o dólar tanto influencia as importações como as exportações. Não tem, portanto, qualquer influência nesta balança porque afecta ambos os lados da equação.

A realidade é a de que hoje o nosso país já é «superavitário» na balança comercial de produtos agrícolas industriais e vai continuar a sê-lo mais. Por exemplo o sector dos vinhos só o ano passado exportou trinta e tantos milhões de contos e há outros sectores da nossa vida que têm hoje um grande dinamismo, criando pela me-

ior intervenção do Estado, pela melhor definição das regras de jogo e por todo um conjunto de condicionantes, que se traduzem numa melhoria substancial da vida do mercado externo dos produtos agrícolas.

Quando refiro o balanço comercial, refiro-me apenas ao valor agrícola acrescentado. Por exemplo, nas celuloses contamos com cerca de 14 a 15 milhões de contos, que é o valor da madeira exportada, e não contamos com as dezenas de milhões de contos que a indústria exporta, assim como também no sector dos vinhos descontamos toda a parte de embalagens, que também é valor acrescentado nacional, e isto porque não se trata de produtos agrícolas. Assim, de um valor de vinhos de cerca de 35 milhões de contos, citamos apenas cerca de 24 milhões de contos de vinho exportado como valor agrícola.

Tudo isto mostra que, na realidade, algo está a mudar. Mas eu diria que ainda está a mudar mais na parte estrutural.

O Governo anterior lançou as bases da política de incentivos ao investimento no sector agrícola, implementou e adoptou ao nosso

país os diversos regulamentos comunitários, e fê-lo na defesa dos interesses dos nossos agricultores. Não é verdade, portanto, o que aqui foi dito no sentido de que metade dos nossos agricultores não beneficiam dessas ajudas. Foi exactamente o atraso verificado na implementação desse regulamento, foi a defesa intransigente, por parte do anterior Governo, não só da fixação de rendimentos de referência como de outras condições (inclusive da dimensão fundiária) que permitiu que a maioria esmagadora dos nossos agricultores possam beneficiar dessas ajudas. E a aplicação desses planos também demonstra um dinamismo perfeitamente excepcional do sector agrícola.

No sector a que chamamos dos investimentos de apoio às explorações agrícolas, antes da implementação dos regulamentos comunitários, os montantes de investimentos que eram presentes para serem submetidos a bonificações no regime anteriormente vigente (o do SIFAP) cifravam-se por 8 milhões de contos por ano. Em 1986, durante os últimos quatro meses, em que já se fez aplicação do novo regime de incentivos, subimos de 8 para 22 milhões de contos e, nos primeiros sete meses deste ano, até Julho de

dos jovens agricultores que vigorava desde 1980, e segundo o qual, em média, se instalaram 130 jovens agricultores por ano; ou seja, durante os 6 anos que o regime vigorou, não chegou a mil o total dos jovens agricultores que foram colocados na agricultura e cuja instalação foi apoiada.

Sabido como é essencial a modernização da nossa

já hoje ou amanhã. Em agricultura é preciso tempo, para que eles produzam os seus efeitos. Mas o que é certo é que o que está hoje a ser feito terá certamente grandes repercussões quando daqui a poucos anos tivermos de ter uma agricultura mais competitiva face à CEE.

O mesmo se verificou nos investimentos das in-

orientação agrícola em termos genéricos é bom para discursos, para debates mas, na prática, tem que passar de região a região, de zona agrária em zona agrária, porque não é possível estabelecer grandes linhas de orientação em relação a grandes regiões, pois a especificidade de cada cultura prevê a existência do plano de desenvolvi-

mentação de regadios. É a recuperação de muitos dos regadios já existentes, que, embora colectivos, devido à sua deterioração hoje têm pouca utilização.

Já entregámos em Bruxelas o plano de recuperação de dois desses regadios — o da Idanha e o da zona de Abrantes — e iremos brevemente apresentar os planos para Mira e para todos os

Vamos acelerar os esforços de formação profissional e fazer com que os nossos agricultores tenham uma preparação capaz de absorver as tecnologias mais avançadas, capaz de ter uma visão empresarial do desenvolvimento da agricultura, capaz de fazer um desenvolvimento sustentado deste sector.

agricultura, como é indispensável o aparecimento de uma classe de empresários jovens, cremos que, em 1987, com o novo regime, serão cerca de 1300 os jovens agricultores que irão ser instalados, ou seja, 10 vezes mais do que aquilo que era feito no passado.

Não podemos de maneira nenhuma deixar de nos congratular com este facto, que demonstra que os nossos agricultores estão vivos e que respondem aos incentivos que lhes são apresentados.

Mas se passarmos para um outro sector, tão importante como o primário, de exploração agrícola, o

fra-estruturas, ou seja, nos investimentos que normalmente estão a cargo do Estado. Também aí houve uma expansão enorme com a aplicação do Programa Específico de Desenvolvimento da Agricultura Portuguesa (PEDAP), o que se pode observar em caminhos rurais, na electrificação rural, na construção de pequenos regadios e no Programa de Acção florestal (PAF), na selecção de semente, na formação profissional e em muitos outros campos. Apresentámos a tempo e horas em Bruxelas, os projectos que foram aprovados e considerados de excelente qualidade e estão, neste momento, a ter a sua aplicação.

No entanto, estamos perfeitamente cientes — e esse será o passo seguinte que terá que ser dado na legislação, que agora se inicia — de que todos estes regulamentos precisam de um enquadramento mais rígido e que se estabeleçam prioridades bem claras. É isso que já está a ser feito para o sector agro-industrial.

Estava previsto até meados deste ano entregarmos, em Bruxelas, os programas específicos dos diversos sectores — sector dos vinhos, das carnes, dos leites, dos hortícolas, etc. — que já foram para Bruxelas e cuja aprovação esperamos ter durante o próximo mês de Outubro.

Também no que diz respeito às explorações agrícolas é absolutamente indispensável que continuemos o trabalho já iniciado pelo Governo anterior no sentido de desenvolver os Planos de Desenvolvimento Agrícolas Regionais, ou seja, os verdadeiros PEDAR's, segundo os quais, região a região, zona a zona, são estabelecidas as prioridades e as necessidades de afectação de recursos para o seu desenvolvimento. Isso é que constituirá uma verdadeira lei de orientação agrícola. É por que falar-se em lei de

desenvolvimento de agricultura regional.

Já temos um primeiro plano em implementação — o Plano de Desenvolvimento Agrícola da Região de Mértola —, que consiste em pegar na região, onde se fazia cereal com produtividades abaixo de uma tonelada por hectare, reconhecer que não pode continuar com este tipo de investimentos e dar incentivos para diversificação daqueles sectores que consideramos mais interessantes, como seja o da criação de ovinos, de uma fábrica de queijo, enfim, todo o sector agro-industrial.

Iremos prosseguir neste trabalho, definindo prioridades quer nos programas específicos da agro-indústria quer no sector primário ou no sector da exploração agrícola através da implementação dos Programas de Desenvolvimento da Agricultura Regional.

Contudo, no futuro do PEDAP, que teremos ainda que desenvolver, gostaria de dar-vos a conhecer quais são as principais prioridades em que iremos concentrar os nossos esforços.

Em primeiro lugar, temos de dar uma grande importância à formação profissional. Não posso estar mais de acordo com o que foi dito pelo meu colega Ministro da Educação sobre a importância que a educação base tem no desenvolvimento de todo o país e, em especial, no sector agrícola. Vamos, na realidade, acelerar os esforços de formação profissional e fazer com que os nossos agricultores tenham uma preparação capaz de absorver as tecnologias mais avançadas, capaz de ter uma visão empresarial do desenvolvimento da agricultura, capaz de fazer um desenvolvimento sustentado deste sector.

Além disso, temos o problema dos regadios. Certas regiões do nosso país precisam rapidamente de imple-

mentação de regadios. É a recuperação de muitos dos regadios já existentes, que, embora colectivos, devido à sua deterioração hoje têm pouca utilização.

Mas daremos também apoio à implementação de maiores regadios, na medida em que estamos convencidos de que o desenvolvimento da nossa agricultura passa muito pela boa utilização da água. Neste aspecto, vamos já lançar um projecto de ajuda aos regadios individuais. Haverá uma forte comparticipação da CEE e do Orçamento do Estado para implementar pequenos regadios a fim de que os agricultores possam utilizar as suas próprias águas.

A seguir à formação profissional do regadio é, portanto, mais uma prioridade. Mas há também a prioridade do desenvolvimento da floresta, na medida em que temos uma aptidão florestal que é inegável; são largas centenas de milhares de hectares de boa aptidão florestal que temos e que precisam de ser desenvolvidas.

Já no Orçamento deste ano dedicámos cerca de 3 milhões de contos para o sector florestal. Trata-se de um sector em que o investimento demora tempo a produzir os seus efeitos, e aí temos de considerar os montados, os pinhais e os povoamentos de todas as outras espécies florestais de que o país necessita para o seu desenvolvimento.

Já agora e antecipando-me às perguntas que certamente virão a fazer-me, direi que não damos ênfase à plantação de eucaliptos, pois o seu investimento representa apenas 8% do programa da ajuda florestal.

Mas, a par disso para melhoria da nossa agricultura é também indispensável refundir a legislação fundiária, a legislação do uso e posse da terra. Não vale a pena escamotearmos

(Continua na página 11)

Em 1987, com o novo regime, serão cerca de 1300 os jovens agricultores que irão ser instalados, ou seja, 10 vezes mais do que aquilo que era feito no passado.

1987, esse valor monta a 43 milhões de contos. Ou seja: nos primeiros sete meses deste ano já temos pedidos de investimento que são mais do dobro daquilo que era corrente anteriormente.

Dum período inicial em que no mês de Setembro se apresentaram sete projectos, está a receber-se actualmente uma média mensal de mil e cem a mil e duzentos projectos, prevendo-se que em 1987 sejam cerca de 15 mil os pedidos de investimento para serem subsidiados, o que compara com a nossa previsão — que na altura foi considerada extremamente optimista — de dez mil pedidos. Isto quer dizer que vamos ter mais 50% de pedidos do que aqueles, que tínhamos previsto antecipadamente.

Ao falarmos nos jovens agricultores também penso que há razões para estarmos satisfeitos.

Havia um regime de ajuda ao estabelecimento

sector agro-industrial — e não haverá agricultura desenvolvida se não houver um sector agro-industrial forte — verificamos também que os níveis de pedidos de investimento são perfeitamente extraordinários. Anteriormente, segundo o sistema do SIFAP aparecia cerca de 1 milhão de contos de pedidos de bonificação; no ano passado subiram para 22 milhões de contos os projectos de pedidos de ajuda financeira no sector agro-industrial; e em 1987, ou seja, nos primeiros 7 meses, já é para cima de 35 milhões de contos o montante dos projectos apresentados, parte dos quais já foram aprovados em Bruxelas e outros sê-lo-ão durante a segunda quinzena...

Estamos, por isso, perante uma verdadeira «explosão» do investimento na agricultura. É evidente que os resultados da modernização deste investimento não se podem fazer sentir

Radiografia duma viagem ao Parlamento Europeu

Um grupo de sociais democratas de vários quadrantes profissionais e que têm o seu habitat na Região Centro, estiveram em Estrasburgo em contacto estreito com o Parlamento Europeu. Se foi importante para nós o vermos ao vivo a funcionalidade duma estrutura em que o rigor e os objectivos pontificam, não foi menos importante constatar o trabalho que está a ser desenvolvido pelos deputados sociais democratas, com destaque

muito especial para Manuel Pereira. Este nosso companheiro, assim como Rui Amaral e Carlos Pimenta, tudo fizeram para nos integrarem na vida do Parlamento, não perdendo um só momento para tentar galvanizar o grupo para esse trabalho ciclópico, mas entusiasmante que é a nossa inserção na Europa.

Cada um dos que foram ao Palácio da Europa, trouxe ensinamentos que muito úteis vão ser para as comunidades profissionais

em que vive.

Atravessamos uma época histórica e pensamos que o PSD poderá assumir em pleno a condução do processo de integração, se colocar todas as suas estruturas nacionais, regionais, distritais e concelhias ao serviço desse grande objectivo nacional.

Quanto estratos profissionais estão ainda a desenvolver as suas actividades com ritmos e objectivos não consentâneos com a hora europeia? Quantos

sectores produtivos desconhecem aquilo que se poderá impor nesta Europa de 320 milhões de consumidores? Quantos jovens, ricos de potencialidades, poderão orientar as suas formações académicas para a Europa das grandes tecnologias?

A todas estas interrogações poderá o PSD responder face às posições que desfruta nas instâncias do poder em Lisboa, Bruxelas e Estrasburgo.

Uma nota negativa em

toda a viagem, foi a viatura que a Rodoviária Nacional alugou para, em tempo «record», fazermos cinco mil quilómetros. Avarias sucessivas, três pneus rebentados; tudo isto aconteceu pela incúria e desleixo duma gestão que não controla a segurança daqueles que optaram por esta transportadora. Deixa-se partir um autocarro, para milhares de quilómetros, sem uma revisão profunda, com pneus rechapados e com uma espessura de borracha

que ofende as normas internacionais em vigor nesta matéria!!!

Imagens pouco dignificantes para um país que está numa Europa tremendamente exigente em matéria de segurança.

Apelamos para quem de direito a fim de colocar os homens certos nos lugares certos, olhando apenas aos critérios de competência e honestidade.

O GRUPO PARTICIPANTE

Turismo em Almeida pode ser grande factor de desenvolvimento

(Continuação da página 12)

zer, pois que se deve recorrer à imaginação das pessoas, à sua capacidade organizativa.

«P.L.» — Têm sido feitos apelos à intervenção da iniciativa privada?

J.L.A. — Nós até agora temos vivido num clima de forte individualismo mas estou sempre a desafiar os agentes locais de desenvolvimento as pessoas que querem fazer investimentos, que se associem, que se organizem, que saiam daqueles quadros normais de comércio, de café, etc., esses lugares clássicos; que comecem a pensar que na sua própria terra podem criar outras condições de vida. Creio que este é um trabalho de base que apenas vai fazer aparecer os resultados a médio ou longo prazo.

A propósito, quero recordar aqui um dado, que é irrecusável: na zona onde estamos inseridos a natureza é hostil e não dispomos de grandes recursos hídricos, embora disponhamos do rio Coa, que não pode cobrir toda a extensão do concelho de Almeida, enquanto as captações de água são soluções necessárias mas caríssimas.

Como ia dizendo, a zona do Rio Coa faz parte de uma zona de pobreza que é uma das maiores da Europa, e terá de haver um esforço muito grande para que deixemos de suportar os custos da interioridade. Estamos longe dos grandes centros, as ligações com eles não são as melhores. Só agora essas condições começam a melhorar, e penso que a via rápida vai implementar essa melhoria.

De facto, temos estado isolados. Sempre se tem falado nas assimetrias regionais, e nós temos suportado muitos custos, sem que tenhamos tido a compensação necessária. O Gabinete da Fronteira de Vilar Formoso, um instrumento ao serviço de um plano, vai dar um contributo para desenvolver a região, o que já é um passo significativo e muito importante.

«P.L.» — Desenvolvimento que passa pela implantação das infra-estruturas locais?

J.L.A. — Quanto às infra-estruturas que nos faltam para corresponder às solicitações da juventude, eu quero recordar que ainda não chegámos ao momento das opções, quando ainda temos infra-estruturas básicas a dotar. Isto é, temos que levar primeiro a todas as freguesias a água e a drenagem dos esgotos, boas infra-estruturas de transporte, e também certos instrumentos de acção. Eu lembro, por exemplo, que as freguesias estão ainda longe de ter uma sede, um centro cívico, um centro de convívio, e, portanto, se ainda estamos a caminho da resolução das infra-estruturas primordiais, não podemos chegar logo ao tal regime das opções, que é o momento em que nos podemos dedicar aos equipamentos de ordem social, às zonas de convívio, aos espaços de confraternização que a juventude muito justamente pretende.

«P.L.» — Quanto às infra-estruturas básicas, que parte do concelho já está servido?

J.L.A. — Embora a situação do concelho quanto às infra-estruturas primárias não seja dramática, ainda está muito longe de ser satisfatória. Assim, quatro ou cinco freguesias já dispõem dessas infra-estruturas, enquanto em outras se está a meio caminho e em algumas ainda não há nada. As dificuldades que temos na implantação dessas infra-estruturas também têm a ver com as características do solo, que no nosso concelho é muito rochoso. Trata-se de uma zona de granito, que levanta grandes obstáculos, pois qualquer obra de saneamento feita aqui sai muito mais cara do que em qualquer outro sítio do país, razão pela qual nós estamos relativamente mais atrasados em relação a outros concelhos.



«P.L.» — Referiu-se à importância do turismo para o desenvolvimento do concelho. O que é que tem sido feito para que os turistas fiquem algum tempo no Concelho, em vez de só o atravessarem quando se dirigem para a fronteira, ou por ela acabam de entrar?

J.L.A. — Devo dizer que, neste momento, já está instalada em Alvalade uma estrutura da mais alta importância turística, que é a Pousada das Senhoras das Neves, uma obra da ENATUR, que é merecida por Almeida, porque é um local admirável quanto ao seu passado, à monumentalidade, à evocação da nossa história, à riqueza do nosso povo.

A Pousada tem a maior importância para o nosso concelho, pois dá animação, dá origem a motivações, pois é um polo de vida. Essa pousada é ainda um desafio ao artesanato, ao desenvolvimento de cer-

tas acções, designadamente ao aparecimento de um restaurante, de comércio, etc.

Almeida é um concelho que tem no turismo a sua grande motivação, sendo essencialmente uma terra convidativa e com o privilégio e até a responsabilidade de ter no seu seio centros turísticos do mais alto interesse, como Castelo Bom e Castelo Mendo.

Aliás, está-nos garantida a melhor atenção das entidades competentes para este nosso património. Efectivamente foi-nos dito pelo novo presidente do Instituto do Património Cultural que garantia a sua melhor atenção sobre estas terras, dizendo-nos que Almeida tinha o privilégio de ter um património vasto e muito rico.

Creio que pelo facto de estas terras estarem no caminho da Europa, na estrada que nos liga ao centro da Europa, essa circunstância representa para nós um capital de esperança, mas que só se rentabilizará no futuro. Para já, como disse, temos uma pousada em Almeida. Se esta infra-estrutura for complementada com determinadas iniciativas, iniciativas de ordem privada, julgo que o turismo vai ser uma realidade aqui no concelho de Almeida.

Depois, também não é de

tudo verdadeiro que a natureza seja para nós apenas madrastra, também é mãe; eu quero lembrar por exemplo que dispomos de uma estação termal, que amanhã será uma realidade. Refiro-me à Fonte Santa, a 6 km da sede do Concelho, que está situada numa zona perto dos Concelhos de Figueira de Castelo Rodrigo e de Pinhel.

«P.L.» — Há um outro tipo de infra-estrutura turística que serve muitos visitantes e que não abunda nesta zona — parques de campismo. Almeida projecta implantar algum?

J.L.A. — Sim, também figura nos projectos da autarquia a criação, junto do Rio Coa, perto de Almeida, num sítio quase paradisíaco, de um parque de campismo. Mas, como há pouco dizia, um autarca por muitas ideias que tenha, e por muito boas in-

tenções, encontra sempre problemas e não faz aquilo tudo que gostaria de fazer, mas realiza aquilo que mais falta faz. Em Almeida, ainda não chegámos ao nível das opções.

Não obstante isso, nada impede que a autarquia vá pensando num parque de campismo, pelo que daqui também convide a iniciativa privada a, em conjugação com a Câmara, montar o que seria mais uma infra-estrutura ao serviço do turismo.

Já agora gostaria também de referir que nós aqui em Almeida somos ricos em recursos cinegéticos, pois temos aqui uma das melhores zonas de caça da Península. Claro que a autarquia pode, desde que tenha os necessários instrumentos, incrementar uma acção de turismo voltada para os recursos cinegéticos.

NOVOS ÓRGÃOS TSD

SINTAP (Porto)

Presidente — Artur Almeida Costa; Vice-presidente — Maria dos Reis Amado Pires; Vogais: António João Raimundo Rodrigues, Álvaro Manuel de Castro, Amândio dos Santos. (Suplentes): Armando Carvalho, Manuel Paulo Manso e Joaquim Ferreira Mota.

DLEGADO À ASSEMBLEIA DISTRITAL DOS TSD

Álvaro Manuel de Castro

SINDHAT (Porto)

Presidente — Adelino Moura Carvalho; Vice-pre-

sidente — António Silva Barbosa; Vogais: — Miguel Salvador Torres, Alfredo Figueiredo Rodrigues Pontes e Jorge Apolinário Sousa Costa.

Estabelecimento Prisional de Paços de Ferreira

Presidente — Carlos Manuel Ferreira Godinho; Vice-presidente — Manuel Arménio Mendes Vieira;

Vogais: Joaquim Domingos Monteiro Oliveira, Vicente José Gonçalves Pereira, José Fernando Ribeiro Martins, António Maria Moura Duarte e António Américo Santos.

TSD — CONVOCATÓRIAS

STCP

Ao abrigo dos estatutos e do regulamento eleitoral da estrutura distrital, convocam-se todos os trabalhadores do STCP — Serviço Transportes Colectivos do Porto — filiados nos TSD — trabalhadores Social-Democratas — para participarem numa Assembleia do Núcleo, no dia 17 de Outubro de 1987, das 15 h às 19 horas, na sede dos TSD — Rua Guerra Junqueiro, 64 e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Eleição do Secretariado do Núcleo de Empresa;
- 2 — Eleição do representante do Núcleo na Assembleia Distrital dos TSD.

Debate do Programa do XI Governo Constitucional

(Continuação da página 9)

a realidade: as Leis da Reforma Agrária, a Lei n.º 77/77 é uma lei que, basta lê-la para ver, está profundamente desajustada aos dias de hoje. O seu autor, a quem já nesta Câmara prestei as minhas homenagens, ele próprio já tem feito estas críticas que lhe faço.

A Lei n.º 77/77 foi uma peça importantíssima, fundamental para o desenvolvimento da agricultura portuguesa.

No entanto, não vale a pena iludirmo-nos: essa lei tem que ser refundida.

A complexidade das relações existentes hoje na Zona de Intervenção da Reforma Agrária é de tal ordem que há que fazer uma clarificação no sentido de se definir a propriedade e o uso da terra. Essa clarificação, será feita, como consta do Programa do Governo, no respeito integral dos direitos adquiridos quer pelos pequenos e médios agricultores quer por outras cooperativas agrícolas com quem o Estado tenha vínculos contratuais.

Apesar de tudo, não po-

demos deixar de revê-la, tal como também não podemos deixar de rever as Leis do Arrendamento Rural, do Arrendamento Florestal, do Emparcelamento Rural, dos Baldios — a revisão desta lei de certa maneira será feita em colaboração com o Ministério do Planeamento e Administração do Território — e das indemnizações.

Não haverá pacificação na Zona de Intervenção da Reforma Agrária enquanto não forem definidas e pagas as indemnizações aos proprietários expropriados. É urgente que isso seja definido, pelo que iremos apresentar este conjunto de legislação, tão importante para o desenvolvimento da agricultura portuguesa, no mais curto espaço de tempo, ou seja, dentro dos próximos meses.

Finalmente, para o desenvolvimento de todas estas políticas o Governo anterior teve um cuidado especial na reestruturação dos serviços do Ministério da Agricultura: definiu leis orgânicas, fundiu Direcções Gerais, informatizou o sistema, melhorou considera-

velmente o seu funcionamento.

Apesar de tudo, estamos perfeitamente cientes de que ainda estão longe daquilo que eu, como responsável pelo Ministério, gostaria que eles respondessem. Há muito trabalho a fazer nesse sector.

Vamos, pois, continuar com mais firmeza o trabalho, que já iniciámos, de transferência para as cooperativas agrícolas de várias funções que até agora estavam a cargo do Estado. É esse o modelo seguido noutros países e que pensamos ser mais eficiente para a agricultura portuguesa. Entendemos que devem ser as próprias cooperativas ou associações de agricultores a exercer a extensão rural. Assim, muitos dos trabalhos que hoje estão a cargo dos Serviços do Ministério e que são feitos com grandes dificuldades serão mais eficientemente exercidos através do movimento cooperativo, fortalecendo-lhe a actividade, e simultaneamente trabalhar, como temos feito até agora, para o saneamento financeiro do sector cooperativo, que está

altamente descapitalizado e que precisa de uma profunda reforma, que já iniciámos mas que há que continuar.

Para terminar, assumo perfeitamente que, no Governo anterior, o Ministério da Agricultura teve, entre outras, uma deficiência de informação ao agricultor. Todo esse vasto trabalho de reformas, toda a reformulação da política feita, todo o anúncio das ajudas e incentivos não terá sido, na fase inicial, acompanhado por um esforço de informação.

Nos últimos meses temos colmatado essa lacuna, mas há ainda muito trabalho a desenvolver nesse campo e vamos, por isso, dedicar-lhe uma especial atenção de modo a que os novos incentivos, os apoios à nossa agricultura não sejam só utilizados por alguns mas por todos, porque é com a utilização destas ajudas por todos, é com o esforço de todos — dos agricultores, das cooperativas, das associações e do Governo — que a nossa agricultura irá dar um passo para a modernidade que ficará na História do nosso país.

CONVOCATÓRIAS

S. Félix da Marinha

De acordo com as disposições Estatutárias, convocam-se todos os militantes do Núcleo de S. Félix da Marinha, para o Plenário a realizar pela Comissão Política do PSD do Núcleo acima referido, no próximo dia 10 de Outubro, pelas 21H30, na sede deste mesmo Núcleo.

ORDEM DE TRABALHOS

A Ordem de Trabalhos é a seguinte:

- 1 — Informações e Apresentação do relatório de Actividades e de Contas.
- 2 — Eleição da Nova Comissão Política do PSD deste Núcleo.

Lisboa — Secção B

Nos termos do art. 49.º dos Estatutos aprovados no XIII Congresso Nacional do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção B da Área Metropolitana de Lisboa, a reunir em Sessão Ordinária na sua sede, ao Campo Pequeno, n.º 16, 3.º, no próximo dia 15 de Outubro de 1987 (quinta-feira), pelas 21 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Análise da Situação Política

A Assembleia reunirá em primeira convocatória à hora marcada e não havendo quorum, meia hora depois, conforme art. 65.º, n.º 2 dos Estatutos.

Assembleia Distrital da AML

Convoca-se a Assembleia Distrital da AML para uma reunião a realizar no dia 23 de Outubro de 1987 (sexta-feira), pelas 21H30, no Hotel Roma e com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Aprovação do Regulamento Interno de Secções e Núcleos e Regulamento Eleitoral da AML
- 2 — Análise da situação Política Nacional.

Lisboa — Secção A

Ao abrigo do Art. 49.º dos Estatutos do PSD, convoca-se a Assembleia da Secção A da Área Metropolitana de Lisboa, para reunir em sessão Ordinária, na sua sede, Rua da República da Bolívia, 53, 1.º Dt.º, no próximo dia 15 de Outubro, pelas 21 horas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHO

- Ponto único — Análise da situação político-partidária e aprovação da estratégia política da Secção.

Oeiras

Nos termos do artigo n.º 49 dos Estatutos do Partido, convoca-se a Assembleia da Secção do PSD para uma reunião ordinária, a realizar em 87.10.23 pelas 21H30, na Sede da Secção de Oeiras, na Rua Heliodoro Salgado n.º 12, r/c esq.º, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- 1 — Informações
- 2 — Apreciação, discussão e votação do relatório e contas referentes ao exercício de 1986.
- 3 — Análise da situação política.

Odivelas

Ao abrigo do art. 49.º dos Estatutos convocam-se os militantes da Secção de Odivelas para uma reunião ordinária a realizar no dia 16-10-87 pelas 21 horas, na Rua Alfredo Roque Gameiro, n.º 11 cave dt.º em Odivelas, com a seguinte

ORDEM DE TRABALHOS

- Informações
- Análise da situação político-partidária
- Eleição dos membros atribuídos à competência do Plenário, para a Comissão Coordenadora Concelhia.
- Balanço da actividade desenvolvida pela Comissão Política e perspectivas futuras.

Mogadouro

Moção

A Comissão Política Concelhia de Mogadouro congratula-se Pela assumpção da Direcção do «Povo Li-

vre» por parte do deputado Domingos Duarte Lima desejando os maiores êxitos no desempenho de tão importante função.

Correia Afonso na Secção D

No próximo dia 14 de Outubro, 4.ª-feira, pelas 21H30, Fernando Correia Afonso, Vice-presidente a CPN e «líder» do Grupo Parlamentar, presidirá a uma reunião na Secção D do PSD de Lisboa na Rua Rosa Araújo, n.º 16, 1.º Esq.º, para análise da situação político-partidária.

José Miguel Júdice na Secção A

José Miguel Júdice participa no próximo dia 13, segunda-feira, às 21 e 30 horas, num plenário da Secção «A» — Benfica/S. Domingos de Benfica, para uma análise da situação política actual.

Fernando Marques em Loures

Realiza-se no próximo dia 16/10/87, pelas 21H30 nas instalações da sede em Loures um debate sobre o tema, Programa de Go-

verno e Análise da situação política com a presença de Fernandes Marques, Vice-presidente do Grupo Parlamentar.

Faleceu José Caseiro

O vereador social democrata da Câmara de Braga José Caseiro faleceu em Londres, aonde tinha ido com o objectivo de fazer uma operação de transplante de fígado.

José Caseiro, de 33 anos,

era natural de Paranhos (Porto), residindo na freguesia de Palmeiras, Braga, cidade onde exercia a advocacia.

«Povo Livre» apresenta os seus pêsames à família de José Caseiro.

Almoço de Comemoração em Vila Nova de Gaia

A Comissão Política de Secção do PSD de Vila Nova de Gaia, com o apoio na organização do Núcleo de Mafamude e com a colaboração da JSD e dos Núcleos de Freguesias, vai levar a efeito no próximo dia 25 de Outubro, pelas 13H00, um almoço, para comemorar a vitória alcan-

çada pelo nosso Partido em 19 de Julho, no Restaurante do Braseiro, com a presença dos «Vice-presidentes do partido, Eng.º» Eurico de Melo e Carlos Brito.

Assim convidamos todos os militantes, simpatizantes e familiares a estarem presentes no almoço.

NOVOS ÓRGÃOS LOCAIS

Secção A — CH Suíça

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente — José António de Oliveira Martins; Vice-presidente — Marcelino Ribeiro; Secretário — Narciso Fernandes Martins.

COMISSÃO POLÍTICA

Presidente — António Francisco Dias da Costa;

Vice-presidente — Joaquim Silvério Ângelo; Secretário — Maria Celeste Lourenço; Vogais — Fernando Oliveira, Mário Jorge Rodrigues, Alberto da Costa Vieira, Fernando Boto Baltasar, Vasco de Jesus Farinha, António Carlos Coelho, Américo Cardoso Martins e José António Castanheira.

ÓRGÃOS LOCAIS PARTICIPEM E DIVULGUEM O «POVO LIVRE»

SOCIAIS-DEMOCRATAS NAS AUTARQUIAS

Turismo pode ser em Almeida grande vector de desenvolvimento

Solidamente implantada, a praça forte de Almeida, em forma de estrela, destaca-se do meio que a rodeia, numa presença que se impõe pela sugestão de força e segurança. As suas muralhas abraçam a sede do concelho do mesmo nome, que se orgulha das suas tradições e conta com os testemunhos do passado para conquistar um melhor lugar no presente.

Almeida conta aumentar a sua projecção turística, um propósito que mobiliza o social-democrata José Limão Andrade, presidente da Câmara Municipal, também empenhado em que a fronteira de Vilar Formoso se desenvolva dentro de adequado enquadramento.

«P.L.» — Quando iniciou o mandato, qual foi a sua principal preocupação?

José Limão Andrade — Tinha muitas preocupações, como qualquer autarca que se preze, dado que o poder local é espinhoso e o autarca tem consciência que desempenha uma missão, e no caso concreto do Concelho de Almeida, a minha missão era sobremaneira importante por várias razões: Almeida é uma terra histórica, com um passado que os portugueses devem conhecer, um passado de glória; Almeida tem um importante património monumental, e subjacente a ele um património espiritual, ou seja uma responsabilidade cultural muito grande, o que implica determinadas preocupações.

Por outro lado, Almeida no aspecto patrimonial não se limita à sede do concelho, até porque tem outras terras que são verdadeiros centros históricos, tais como Castelo Mendo e Castelo Bom, terras singularmente bonitas que atraem muitos visitantes.

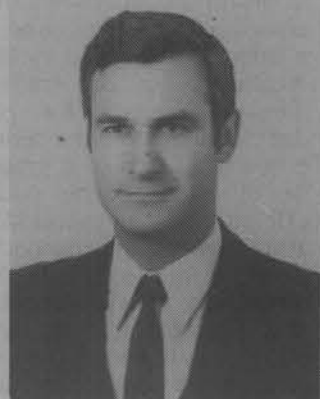
«P.L.» — E também porque Almeida tem uma importante fronteira?

J.L.A. — Efectivamente, Almeida ainda tem outro problema assaz importante e interessante que é o da sua fronteira, a fronteira principal do país.

Quando se diz, e isto é um lugar comum, que Vilar Formoso é a principal fronteira do país, estamos a pensar no fluxo turístico, estamos a pensar que esta é a estrada da Europa, que Vilar Formoso, nessa estrada, neste eixo de vias internacionais, é um porto do interior; estamos a pensar também na ferrovia e estamos a pensar muito especialmente no comércio exterior, porque cerca de 70

que só uma acção concertada, que empenhasse os diversos sectores da administração central, tornaria possível uma missão e o desempenho dessa missão de uma forma feliz.

E assim fui sensibilizando vários membros do Governo, começando pelo ministro do Plano e pela equipa do seu ministério,



O Governo compreendeu de uma forma muito inteligente, de uma forma muito lúcida, a questão de Vilar Formoso, e quando eu falo da questão refiro-me ao conjunto de problemas que Vilar Formoso levanta ao país e veio a ser criado o Gabinete Coordenador da Fronteira de Vilar Formoso.

«P.L.» — Quer precisar a função deste Gabinete?

J.L.A. — Este Gabinete Coordenador é uma acção que se deve ao Governo. Foi posta por mim, como autarca, e pela Comissão de Coordenação da Região Centro, e nesta acção tiveram um papel preponderante, o prof. dr. Manuel Porto e o eng.º Carlos Loureiro. E o que é certo é que o Governo produziu um diploma que deu ao Gabinete Coordenador da Fronteira de Vilar Formoso um mandato de extrema importância.

Diz-se no texto da criação do Gabinete Coordenador da Fronteira de Vilar Formoso que esta localidade é das fronteiras terrestres do continente com maior movimento de veículos e mais importante em termos de mercadorias, sendo a responsável por cerca de 68 por cento do total das exportações por via férrea e rodoviária. Apesar do seu manifesto interesse nacional, esta fronteira não dispõe até ao momento de condições quer em termos de infra-estruturas quer em equipamento que lhe permitam responder com eficácia à procura que se lhe dirige, que se estima será acrescida com a conclusão da via rápida Aveiro-Vilar Formoso, e de outras vias da rede fundamental que

que passou a ter uma acção realmente extraordinária, passando depois para o Ministério das Obras Públicas e também a equipa ministerial, com as várias secretarias de Estado, e suscitando, entretanto, também, uma atenção muito especial do Primeiro-Ministro.

Assim, chegámos agora a 1987, depois de uma fase de sensibilização do Governo e do empenhamento do próprio Governo, porque de facto os problemas de uma fronteira implicam toda a administração central e hoje os portos marítimos já não têm tanta importância, porque hoje as fronteiras são sobretudo os portos do interior como Vilar Formoso. E nós estamos ligados à Europa através destas fronteiras.

lhe dão acesso, com particular relevo para os itinerários principais 1, 2 e 3 e a modernização da linha de caminho-de-ferro da Beira Alta».

Portanto, há uma multiplicidade de aspectos a ter em conta na perspectiva da desejável eficácia da prestação de serviços aos utentes e consequentemente na rentabilização do investimento a suportar pelo erário público e há uma diversidade de intervenientes responsáveis pelo funcionamento do gabinete, designadamente a Alfândega, a Guarda Fiscal, a Direcção-Geral dos Transportes Terrestres, o Serviço de Estrangeiros e Fronteiras, a Câmara de Almeida, a Comissão de Coordenação da Região Centro, que coordena a acção do Gabinete e ainda outros organismos, como os Caminhos de Ferro Portugueses, a Junta Autónoma de Estradas, o Serviço Nacional de Protecção Civil, a Guarda Nacional Republicana, a Direcção-Geral do Turismo, etc.

Portanto, consegui aquilo que pretendia, que era o reconhecimento de que aquilo que se fez em Vilar Formoso é sempre no interesse nacional.

De uma maneira admirável, o Governo compreendeu esta situação e desde logo se dispôs, através do Gabinete da Fronteira, recentemente criado, a executar um plano de emergência. Esta é a acção que se deve a um Governo competente e lúcido, e os respectivos resultados ver-se-ão daqui a alguns anos.

«P.L.» — Actualmente, que perspectivas se oferecem à juventude do Concelho de Almeida, que como todos os concelhos do interior não oferece ainda tantos aliciantes como os do litoral?

J.L.A. — A situação da juventude é sempre preocupante, não só em Portugal como em qualquer outra parte do mundo. Como se costuma dizer, a juventude forma a geração que vai preparar o amanhã, e nós estamos sempre preocupados quando pensamos as coisas em termos de futuro. É verdade que não tem

havido muitos horizontes para a juventude, mas comecem a aperfeiçoar, o que se deve também à acção do actual Governo.

No que diz respeito em concreto a Almeida, penso que só com as tais grandes medidas de fundo é que é possível dar uma certa esperança aos jovens, mesmo uma certa certeza.

O nosso concelho é pobre, sem dúvida que sim, pois se verificarmos a morfologia do seu solo, ele só propicia uma agricultura de subsistência. Por isso, devemos explorar a nossa situação geográfica, o nosso posicionamento. Creio que amanhã, dada esta situação privilegiada que nós temos,



com uma zona industrial, com um loteamento que há-de ser feito, os jovens terão outras oportunidades.

Por outro lado, julgo que devemos apostar no turismo, porque dada também a nossa situação geográfica, e ainda por cima com o tal património de que dispomos, que é riquíssimo, devemos conduzir os jovens a programas de turismo.

Por isso está em curso, através da Direcção-Geral do Turismo, com envolvimento directo do próprio secretário de Estado, um programa comum à autarquia e à Direcção-Geral do Turismo, para formação em Almeida de jovens guias e cicerones, que serão amanhã agentes de turismo.

Penso que isto já é alguma coisa, ainda que não seja tudo. Depois, creio que também a iniciativa privada tem uma palavra a di-

(Continua na página 10)